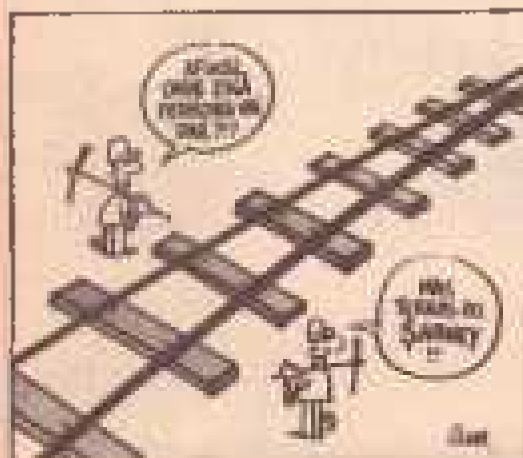


PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A ferrovia da vergonha



Enquanto o povo se rala, sem ter onde morar, Sarney manda construir uma ferrovia que atravessa mais de mil quilômetros de vazio. Um capricho de monarca, que nos vai custar 2,5 milhões de dólares, só para começar. A ferrovia sai justamente do Maranhão, terra de Sarney, chegando até Brasília.

Mas o rei ficou nu com a fraude da concorrência pública, que não só pôs em risco sua ferrovia, como o seu sonho de um mandato longo. E Sarney jogou sua última carta: mandou abrir inquérito policial sobre a fraude da concorrência, como se não tivesse nada com isso, e ao mesmo tempo, com o apoio dos chefes militares, atropelou mais uma vez a Constituinte, definindo ele mesmo o seu mandato.

O líder do PT na Constituinte, Luis Inácio Lula da Silva, entrou com requerimento assinado por mais de duas centenas de parlamentares, pedindo o bloqueio da construção da ferrovia Norte-Sul. Apesar do escândalo, Sarney insiste em tocar a obra faraônica e deu início à construção da ponte sobre o Tocantins, que custará, sozinha, 15 milhões de dólares.

A ferrovia será construída com dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que é dinheiro do povo, tomado através do compulsório sobre a gasolina e sobre o automóvel, e que por lei deveria render, pelo menos, seis por cento ao ano mais a inflação. Não há nenhum estudo provando que a ferrovia terá qualquer rendimento. Mas para Sarney isso não importa. Não serão seus filhos, mas os filhos dos trabalhadores que pagarão a conta.

(Sarney, cabeça do golpe, Bernardo Kucinski, págs. 2 e 3).

FORA SARNEY E A DÍVIDA DIRETAS JÁ



Segunda Plenária da Campanha Nacional de Mobilização Popular, em São Paulo

Somente as diretas para presidente e a suspensão do pagamento da dívida externa podem tirar o Brasil do caos. A carestia é incontrolável. A inflação bate todos os recordes. As ameaças contra o gatilho aumentam o arrocho salarial. Explodem os escândalos de corrupção. Os sinais de recessão e desemprego já estão à vista e a repressão aos trabalhadores se intensifica. E Sarney ainda quer ficar mais dois anos e meio...

A classe dominante parece ter a ilusão de que poderá continuar, indefinidamente, rolando a crise com a barriga, como rola a dívida externa. E rolar a crise sem resolvê-la significa aumentar a exploração econômica e a opressão política sobre os trabalhadores.

Só a classe trabalhadora, portanto, tem razões reais e condições efetivas para resolver a crise. Mas a crise não se resolve pela submissão dos trabalhadores aos patrões e ao Governo, pelos "pacotes" impostos de cima, pelo imobilismo ou pela indiferença. Resolve-se, ao contrário, pela mobilização intensa, organizada e articulada contra o pagamento da dívida externa, por eleições diretas para presidente, por efetivas mudanças no plano econômico, social, político e institucional. É essa a conclamação que o PT está fazendo a toda a classe trabalhadora. Isso é o que os petistas estão fazendo nas ruas e nas praças. É só isso que pode mudar o Brasil. (O povo não quer mais Sarney, Olivio Dutra, pág. 8).

Uma façanha da Nova República: a maior inflação da história do Brasil

última página

Um debate sobre o aborto: as opiniões de Vitor Boaz, Benedita da Silva, José Genoino e Comissões de Mulheres do PT/SP

última página

Sarney dá o golpe do Fico

O golpe branco já entra em marcha chefiado pelo próprio presidente Sarney. A crise é profunda e vai se prolongar. No horizonte mais distante, tudo é possível, inclusive a remoção antecipada do próprio Sarney.

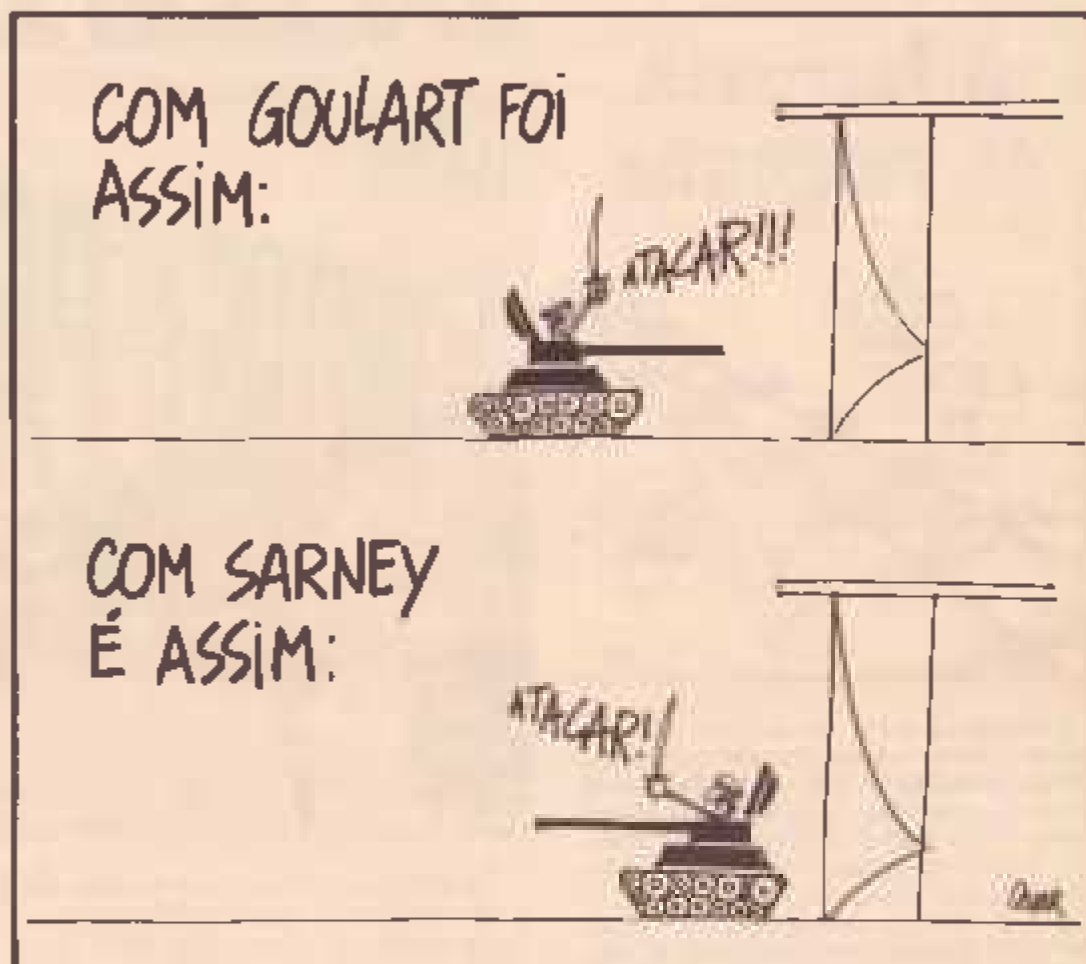
A crise avança com velocidade surpreendente e já se pensa no que até há pouco tempo era impensável - um golpe. Por isso, é preciso responder rápido: que tipo de crise é esta? Em que estágio se encontra? Qual seu mais provável desenlace?

Começando pela natureza da crise, podemos distinguir três tipos de fatores. Em primeiro lugar os fatores econômicos, determinados predominantemente pela dívida externa, que consome um quarto de toda a capacidade nacional de poupar. O fardo cada vez maior da dívida derruba o argumento de que a crise é essencialmente política. A crise é essencialmente econômica - impulsionada pela dinâmica do endividamento, que por sua vez nasceu no bojo de uma crise generalizada do capitalismo, de grande profundidade e duração. Trata-se, portanto, de uma crise prolongada, da qual estamos vivendo apenas um entre muitos momentos. Uma crise de grande potencial transformador. Pode-se dizer que, pela severidade de suas contradições, esta crise supera em muito o potencial político da que levou ao golpe de 1964.

A segunda componente da crise é a social, hoje medida pelo acúmulo de carências: falta generalizada de moradias, colapso do transporte nas grandes cidades e dos serviços públicos, deterioração das condições sanitárias em todo o país, redução de metade da população ao estado de penúria permanente. Considerando que ainda não se esgotou o processo de êxodo do campo para a cidade, e que começa a se generalizar a automação industrial, as carências da população urbana só podem se agravar. São precisos 1,4 milhão de novos empregos por ano, apenas para que o desemprego não aumente. Isso implica em crescimento do PIB não inferior a 7% ao ano. Somente um movimento social organizado pode transformar a miséria social em fator político, impondo limites ao que a burguesia pode fazer para servir a dívida.

Finalmente, temos a componente político-institucional da crise, que é hoje de origem essencialmente subjetiva: a recusa do presidente a submeter-se ao PMDB. O país possui, ao contrário dos idos de 64, uma clara hegemonia política, a do PMDB. Um partido grande demais para ser homogêneo, mas que ainda se encontra numa fase de afirmação e de consolidação do poder, que facilita a acomodação dos conflitos entre seus vários grupos.

A recusa de Sarney em aceitar os resultados das eleições gerais de novembro passado, teimando em manter no governo ministros derrotados nas urnas, marca o início da crise institucional. Sarney repete Goulart, que passou três anos alimentando a crise do parlamentarismo para provar que o parlamentarismo não prestava, apressando assim sua própria queda, em meio ao caos inflacionário. Sarney alimenta deliberadamente a crise institucional, na esperança de impor a solução da "unidade nacional" ou "suprapartidária". Procurou forças extrapartidárias, e numa trajetória claramente golpista, fez um acordo de mútua sustentação com o general Geisel, que é ainda quem manda no Exército, único chefe militar em condições de ordenar um golpe.



Chegamos à terceira questão: em que estágio se encontra esta crise? No campo econômico atingimos a etapa do cans inflacionário, e de uma devastadora bancarrota dos Estados e Municípios, destruindo os sonhos de ascensão política dos governadores peemedebistas recém-eleitos. A renda dos Estados e Municípios mal cobre as folhas de pagamento. Em alguns Estados, como no Rio Grande do Sul, o serviço da dívida equivale ao dobro da própria folha de pagamento. A revolta do servidor público se alastra por todo o país. O governo permitiu a rolagem de 3,5 bilhões de dólares de dívidas estaduais. Está em risco a consolidação da hegemonia do PMDB, que nas eleições municipais do ano que vem pode perder espaços em vez de ampliá-los. O presidente Sarney usa a clara insatisfação dos governadores para tentar rachar o PMDB, acenando com favores para alguns em detrimento de outros, e jogando com o fato de que aos governadores interessa que o mandato de Sarney seja longo, para sua sucessão coincidir com o fim de seus próprios mandatos.

Uma tentativa desesperada de ganhar tempo

A crise também se complica devido ao grande retrocesso que representou a saída de Funaro e a entrada de Bresser Pereira. Por que retrocesso? Porque Funaro privilegiava o tratamento de choque da dívida - um primeiro passo em direção ao estancamento da sangria financeira, por sua vez o único remédio para o câncer econômico que move

a crise. Começava a obter os primeiros frutos, rachando o cartel dos bancos credores, quando foi derrubado. Bresser Pereira tem a concepção antiga de que "ajuste econômico" significa obter os saldos comerciais necessários para pagar a dívida. É o caminho certo para o agravamento ainda maior dos problemas políticos e sociais. Ainda mais que pela primeira vez em muitos anos começam a subir de novo os juros flutuantes da dívida, hoje em 8% ao ano, depois de ficar durante muito tempo em 6%, e os preços do petróleo, hoje em US\$ 19 o barril, depois de ter caído a US\$ 14. Somente esses dois custos elevarão o confisco de renda este ano em quase US\$ 3 bilhões.

A aceleração da crise pode ser medida pelo ritmo da inflação. Com a hiperinflação torna-se urgente uma cirurgia econômica, o que automaticamente abre a hipótese da cirurgia política - o golpe. Mas qual o grau de probabilidade do golpe? No sentido do golpe clássico a probabilidade é quase zero. Mas o golpe branco, dado com o presidente, não contra o presidente já começou com o "fico até 1990". O acordo Sarney-Geisel é um compromisso de resistência de Forças Armadas a eventuais tentativas do Congresso de pôr fim ao mandato de Sarney, especialmente se isso se der num contexto de ruptura da chamada "transição negociada". Por isso o PMDB hesita, tentando ganhar tempo.



Em segundo lugar, Sarney já militarizou seu estilo de governo. O general-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, e o general-chefe da Casa Militar, Bayma Denis, assumem o comando do Palácio em todos os momentos de crise. O recurso à força militar, como as ocupações de portos e siderúrgicas, já se incorporou à paisagem, e hoje cada comandante de região tem carta branca para movimentar tropas em face de greves ou outras situações, o que no regime militar dependiam de ordem superior.

No campo da direita civil há uma clara estratégia de se preservar, não se identificar com a política desgastante do PMDB (apesar de também infiltrada no PMDB) e ocupar posições para uma contra-ofensiva tão logo as condições estejam maduras. Essa direita usa hoje o discurso do anti-autoritarismo, contra o "mandonismo do Estado", ou a "voracidade do Leão", de grande apelo ao conjunto da população, pois é fato real que a tecnocracia tornou-se um fim em si mesmo e hoje absorve grande parte dos já diminuídos gastos públicos. Essa direita está conseguindo mobilizar grandes setores da pequena burguesia urbana, e ao mesmo tempo afiar sua espada ideológica. Afif Domingues, o homem da microempresa, é o líder natural dessa contra-revolução. Por trás dele está o Delfim Netto das grandes empresas. Por fora, corre Ronaldo Caiado que errou na dose e por isso se deixou caracterizar como extremista, mas que já conseguiu mobilizar pequenos agricultores e se juntará à direita bem comportada, quando se apresentar a oportunidade da contra-revolução.

A articulação de direita, no entanto, está cega e essa é uma das garantias, hoje, contra um golpe clássico - a garantia maior é a própria autonomia e vigilância do movimento popular que tem no PT hoje sua melhor expressão política. O pé que está faltando à direita é o capital estrangeiro. Não o capital financeiro, que faria tudo para receber os seus juros. Mas o capital industrial que, com sua presença física no país, possui alguma capacidade de articulação política local.

Esse capital em primeiro lugar, riscou o Brasil do seu mapa de prioridades pelos próximos cinco anos pelo menos e, portanto, carece hoje de motivação política para conspirar. Além disso, o capital estrangeiro hoje teme seu antigo aliado, aquele que seria seu instrumento ideal: as Forças Armadas. O diagnóstico do capital estrangeiro sobre a atual crise brasileira é de que ela vai se agravar e que poderá até desembocar numa explosão nacionalista do tipo nasserista. Temem que um próximo golpe militar seja nacionalista. E preferem não arriscar.

A continuação lógica desse enredo é a capitulação de Sarney e a consolidação do poder peemedebista. Daí a importância de incidentes como a fraude da ferrovia Norte-Sul, que Sarney tentou centralizar com o "fisco". No bojo de um desses escândalos, Sarney poderá ser removido. Seriam adotadas então políticas populistas, satisfazendo em parte as demandas dos governadores por uma reforma tributária e resistindo parcialmente à pressão dos banqueiros internacionais. A política que Funaro queria implantar mas que não conseguiu por incompetência e porque não estava resolvida a questão de hegemonia peemedebista. Uma etapa necessária, mas que seria apenas mais um estágio da crise.

Ao colocar o pagamento da dívida como prioritário e a recessão como necessária, Bresser Pereira parece colocar-se em oposição a esse desenlace. O que mostra toda a ilógica da própria lógica da crise.

Bernardo Kuciński

PALAVRA DE LÍDER

Da crise do Governo à disputa do poder

Só a classe trabalhadora pode forjar uma alternativa de mudança econômica e política.

Os resultados eleitorais de 1986 significaram mudanças na correlação de forças que parecem não ter sido ainda assimiladas, ou sequer compreendidas. A expressiva vitória do PMDB - tanto nos governos estaduais quanto no Congresso - deveria ter indicado ao presidente da República e seu grupo palaciano que o Governo, daí em diante, não poderia mais ser obra exclusiva e unipessoal de Sarney, nem responsabilidade única do PFL. O significativo avanço de partidos médios e pequenos de oposição também deveria ter alertado o Planalto sobre a nova realidade política do País, expressa nas urnas de 15 de novembro.

Mas o Governo Sarney não percebeu nada disso. Sua primeira reação, ao contrário, foi desastrosa: o Cruzado II de 21 de novembro. Os passos posteriores do Palácio do Planalto foram menos impactantes mas não menos inábeis: a discussão da duração do mandato e a reforma ministerial. Se esses dois temas já indicam que Sarney começa a compreender que deverá compartilhar o Governo com outras forças, o episódio grotesco da mudança do ministro da Fazenda tornou claro que o Planalto não quer ou não sabe fazer esse jogo político-partidário.

As demais mudanças ministeriais - já efetuadas, em curso, ou anunciadas - confirmam ainda mais essa dificuldade inata do antigo líder do PDS, hoje na Presidência, em atuar de acordo com a democracia, mesmo essa formal e imperfeita democracia burguesa.

Outras recentes atitudes do Planalto vão na mesma direção: o fracasso das sucessivas tentativas de estabelecer um pacto social ou sindical; o uso abusivo das Forças Armadas na repressão ao momento sindical e popular; as hesitações e oscilações diante do problema da dívida externa e dos rumos da economia nacional; a omissão ou a conivência com a corrupção e a incapacidade de apurar os escândalos e responsabilizar os culpados...

Tudo isso indica, inegavelmente, uma crise de Governo. A questão que se coloca hoje, no Brasil, é esta: até que ponto a crise de Governo pode evoluir para uma crise de poder?

A Assembléia Nacional Constituinte fez, logo que instalada, uma tímida tentativa para conquistar autonomia e independência diante do Executivo e assumir poderes políticos que extravasam a tarefa legislativa de elaborar uma nova Constituição. Não logrou obtê-los, porém, graças ao pró-

prio PMDB que, coerentemente com seu caráter conservador, prefere disputar o Poder, às migalhas, com o Planalto do que correr o risco de vê-lo cair nas mãos do povo.

As instituições essenciais do regime capitalista brasileiro - o direito de propriedade, a exploração do trabalho assalariado, a submissão dos sindicatos ao controle estatal, a força das multinacionais, o papel permanentemente interventor das Forças Armadas etc - continuam firmes. Às vezes incomodadas por inflamados discursos parlamentares, outras arranhadas por propostas e emendas constitucionais, essas instituições, todavia, até agora têm demonstrado suficiente capacidade de adaptação para continuarem mantendo-se estáveis.

Portanto, a crise de Governo provavelmente não evoluirá para uma crise de Poder enquanto a disputa se der apenas entre os diversos setores da classe dominante.

Mas resta, evidentemente, o outro pólo da inequação: a classe trabalhadora. Espremida entre a carestia crescente, a inflação galopante, o arrocho salarial direto e indireto, a classe trabalhadora vem dando inequívocas demonstrações de descontentamento e inquietação, que se manifestam por meio de mil formas de protesto e luta: greves, passeatas, atos políticos, abaixo-assinados, ocupações, invasões, desobediências, boicotes e sabotagens.

O recente pronunciamento de Sarney, fixando se o mandato de 5 anos, é uma tentativa ao mesmo tempo autoritária e canhastra de deter a crescente mobilização popular pelas diretas; terá, provavelmente, efeito exatamente contrário.

Até agora, essas lutas vinham sendo setorizadas, fragmentadas e inarticuladas. A campanha de mobilização popular que o Partido dos Trabalhadores lançou e vem organizando - em torno dos eixos de mudança econômica e mudança política - constitui uma perspectiva de articulação dessas lutas e de conjunção das forças populares do país. O empenho de todos para o engajamento nessa luta é a única alternativa, no momento, que contraria o projeto da burguesia de manter inalterado seu Poder, e abre perspectivas de participação transformadora dos trabalhadores na condução dos destinos da sociedade brasileira.

Perseu Abramo
Segundo Secretário da CEN/PT



Os pelegos pela hora da morte

Os herdeiros de Joaquinção podem perder seu último grande reduto: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina. A parte da diretoria que tinha trabalho de base rachou, abandonando os pelegos. Mas a oposição também se dividiu. Uma parte se ligou à dissidência da diretoria, formando a chapa 2. E a outra, liderada pelo Movimento de Oposição Metalúrgica (MOMSP), entra na luta com a chapa 3. Um páreo duro.

A polícia militar dispersa uma assembléia de comissões de fábrica na porta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Quem chamou a PM foi o próprio presidente em exercício, Luis Antônio Medeiros, na tentativa de evitar o confronto com os dirigentes da base. Afinal, ele não tinha como explicar a demissão sumária de auxiliares de 11 diretores dissidentes. Especialmente porque a dissidência era o único trabalho de base da atual diretoria. Nem mesmo os funcionários do Sindicato se dispuseram a formar uma massa de manobra para apoiar Medeiros na Assembléia. O sindicalismo burocrático agonizava na noite do dia 24 de março deste ano, vésperas das eleições de uma nova diretoria.

Essa agonia prosseguiu no decorrer do processo eleitoral. A situação formou a Chapa 1. A dissidência (gente do PCB, PCdoB e PDT) se uniu com setores da Alternativa (do PT/CUT) na Chapa 2. O Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo (MOMSP), a Convergência e uma parte da Alternativa formaram a Chapa 3, totalmente da CUT. Essa chapa é liderada por Carlúcio Souza Castanho Jr., da Metalúrgica GD.

Em pleno processo de definição das chapas, Luis Antônio volta a apelar para a polícia. Acusa um integrante da Chapa 2 - Newton Cândido - de ter agredido José Adonias, militante da Chapa 1. Diz que, por causa da briga, a mulher de Adonias, Ana Santana dos Santos, teria abortado uma criança de 1 mês. Mas Newton nega a agressão. E, em Santo Amaro, a 11.ª Delegacia nem ficou sabendo do caso, anunciado com destaque na 1.ª página do jornal O Estado de São Paulo, e depois fartamente reproduzida em boletins. Luis Antônio fez um apelo contra "a violência que começava a ocorrer", pedindo um policiamento reforçado para as eleições. As duas chapas de oposição constatarem: a atual diretoria vai criar um clima de terror para justificar uma intervenção do governo e ter material para os seus boletins sem programa. E está bem equipada para essa prática.

A outra grande arma da situação é o controle do aparato assistencialista, atingindo principalmente as bases de fábricas pequenas que não possuem serviços de convênio médico. O operário sai do consultório com o remédio de graça na mão e um tapinha na costas: "Não vai chorar depois, se a oposição ganhar essa mamata acaba".

Do seu lado, as oposições contam com as bases que conseguiram politizar. Mas a divisão atrapalha. O MOMSP - que sempre foi uma frente unindo desde a Pastoral ao PRC - perdeu uma parte significativa da Alternativa Sindical para os dissidentes da atual diretoria. Os militantes das duas chapas trocam acusações de estarem traíndo a CUT e a causa operária. Mas ao mesmo tempo elogiam a "combatividade do companheiro", que, por circunstância, está do outro lado.

Metalúrgico agredido em campanha salarial

O metalúrgico José Adonias de Souza Bastos, auxiliar de Produção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi agredido e ameaçado de morte em campanha de sistema na porta de uma fábrica de Zona Sul, onde estava se apresentando ao sindicato dos pelegos. O episódio ocorreu na noite de 24 de março deste ano, às 22h30, em uma rua da Zona Sul.

Luis Antônio Medeiros afirmou que sua polícia e o governador Otávio Góes não queriam proteção da Polícia de Segurança Pública em eleições com renovação de membros do sindicato. A agressão foi denunciada ao Ministério da Justiça de São Paulo e ao Ministério da Saúde de São Paulo. Newton Cândido afirmou que a agressão ocorreu na noite de 24 de março deste ano, às 22h30, em uma rua da Zona Sul.

Dirigente metalúrgico apela contra quebra-pau

O dirigente metalúrgico Luis Antônio Medeiros afirmou que sua polícia e o governador Otávio Góes não queriam proteção da Polícia de Segurança Pública em eleições com renovação de membros do sindicato. A agressão foi denunciada ao Ministério da Justiça de São Paulo e ao Ministério da Saúde de São Paulo. Newton Cândido afirmou que a agressão ocorreu na noite de 24 de março deste ano, às 22h30, em uma rua da Zona Sul.

Sindicato do crime ataca na "guerra metalúrgica"

O metalúrgico José Adonias de Souza Bastos, que ontem estava fazendo campanha para a chapa da situação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo na porta de uma fábrica da Zona Sul, foi espancado e

ameaçado de morte. José acusa os militantes da chapa 2 (um misto de comunistas do PCB, do PCdoB, além de militantes do PDT e PT), os mesmos que teriam invadido, na terça-feira, a sua casa, que

veia e assustando tanto sua mulher Ana, grávida, que ela perdeu uma criança de um mês. José identificou um agressor: Newton Cândido, que já fez greve de fome nessa "guerra metalúrgica".

O eixo de campanha definido pelo MOMSP é o de tratar como alvo principal a Chapa 1 de Luis Antônio Medeiros. Dizem que os petistas da Chapa 2, de coligação, estão equivocados, que não estão percebendo sua "transformação em massa de manobra do Peleguismo Nova República". A Chapa é liderada por Lúcio Bellantani, coordenador da comissão de falência da Ford.

Mas muitos membros da Chapa 3 duvidam que Lúcio Bellantani, um petista, leve a presidência se a Chapa 2 ganhar. "Nenhum cargo importante será do PT. Esses diretores só romperam porque não conseguiram nenhum poder fazendo conchavo com o Joaquinção", diz Geraldo Ferreira da Silva, da Chapa 3.

Embora os panfletos da sua chapa não tenham o selinho da CUT estampado, quando Lúcio Bellantani sobe em cima da perua para discursar, ele fala de uma central sindical forte, comandada e baseada por trabalhadores. Defende a CUT, mas mais ampla do que ela é hoje.

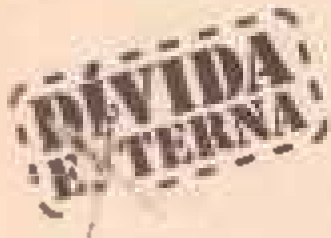
De modo tímido, a Chapa 2 fala do fim da CGT. Cleto Vitor da Silva (cutista) diz que o grupo petista está seguindo as decisões do Congresso da CUT, que manda trazer para si as partes mais vacilantes da CUT. Os membros da Chapa 2 vindos dos PCs e do PDT também sonham com a grande central unificada, mas não falam em CUT com entusiasmo. Apenas consideram a possibilidade.

Segundo seus membros, a Chapa é resultado das traições de Luis Antônio contra trabalhadores organizados nas fábricas, que hoje estão nas duas chapas de oposição. Uma dessas vítimas é Cleto Vitor, demitido por causa de uma greve de 24 dias na Atlas, empresa do grupo Votorantim. Luis Antônio é PTBista filiado, e fez campanha para Ermirio.

A greve caminhava para a vitória completa, quando Luis interveio. Ele conduziu o fim das negociações sozinho, não permitindo que os membros da CIPA participassem. Ele voltou com uma proposta de um aumento de 9%, e convenceu a assembléia mas não os cipeiros, que havia vitória. Os cipeiros aceitaram ir discutir a sua estabilidade na Justiça, contanto que não houvesse mais demissões. Os cinco da CIPA, dentre eles Cleto, foram para a rua, seguidos de outros 273, todos os cabeças da greve.

Medeiros, que não quis receber a reportagem, é acusado de pedir a cabeça de muitos opositores ao patrão na hora de fechar acordos. Outras vezes, as negociações eram tocadas muito bem por comissões não regulamentadas e o sindicato não aparecia para assinar o contrato no final. Odair Rodrigues, PCBista simpatizante da Chapa 2, acredita que fábricas estão cercando o sindicato. "Os pelegos podem até ganhar essa eleição, mas não vão conseguir controlar mais".

Márcio Venciguerra



Unidos contra a dívida

Partidos de esquerda reunidos em Caracas decidem criar o Tribunal Internacional Sobre a Dívida Externa.

Mais de 200 delegados de 27 países da América Latina, Caribe, África e Europa reuniram-se de 24 a 26 de abril em Caracas, Venezuela. Era uma Conferência Internacional Sobre a Dívida e Contra os Planos do Fundo Monetário Internacional e do Mercado Comum Europeu.

O espírito dos trabalhos da Conferência pode ser bem resumido pelo que disse o ex-primeiro-ministro do Senegal, Mamaou Dia: "Um vento novo começa a soprar, alguma coisa começa a se mexer; esta será a conferência das rupturas com todas as mentiras, com todas as traições: traições do socialismo, do internacionalismo e da solidariedade internacional entre os povos".

Foram três dias de debates. Entremearam-se informes econômi-

cos -- os mecanismos da dívida que oprimem os povos -- com intervenções políticas. A imprensa local repercutiu amplamente os trabalhos, inclusive destacando a intervenção do representante do PT.

Um conjunto de resoluções foi adotado -- questão agrária, liberdades democráticas e direitos do homem, juventude, agressão à Nicarágua, "apartheid", entre outras --, permitindo a adoção de uma série de iniciativas práticas. Ainda na Conferência, os delegados europeus decidiram realizar um Comício Internacional em Berlim por ocasião da reunião anual do FMI nessa cidade em junho de 88, assim como os africanos decidiram uma Conferência regional também em 88.

A resolução final adotada, depois

de analisar os planos do FMI e CEE, estabelece que "a dívida é impagável e não deve ser paga", apóia a Conferência Sindical Latino-Americana, que se realizou logo em seguida em Campinas, convocada pela CUT, CGT, PIT-CNT e COB, e propõe "a realização de um Tribunal Internacional Sobre a Dívida, para julgar sua origem, legitimidade e as responsabilidades ante os povos das consequências destrutivas dessa dívida".

Foi aprovada a produção de um boletim, com o conjunto das conclusões desta conferência, para ser difundido em todos os países. Todas as organizações e personalidades manterão uma coordenação com o Comitê de Auspício da Conferência (da Venezuela), para desenvolver ações comuns.



Da declaração de Caracas.

"Durante 3 dias, duzentos delegados discutiram sobre a grave situação econômica mundial e as consequências nos planos social, político e econômico para os povos da América Latina, África, Ásia e Europa e das políticas implementadas pelos países capitalistas desenvolvidos, os monopólios transnacionais e grandes bancos protegidos por trás de instituições internacionais, cujos planos são assumidos hoje por inúmeros governos, submetendo os trabalhadores e os povos à escravidão de uma dívida e de planos de austeridade, que se traduzem em desemprego, alta do custo de vida e empobrecimento das amplas maiorias em benefício de pequenas minorias privilegiadas.

Em pleno século vinte estas práticas bárbaras de exploração e opressão são o resultado de um sistema econômico injusto, baseado em relações econômicas e comerciais desiguais, que resultou, graças a verdadeiras práticas de pirataria internacional, em um endividamento colossal dos países do Terceiro Mundo, que supera um trilhão de dólares e que, só em 1985, remeteram aos países credores 31 bilhões de dólares a mais em relação aos novos créditos recebidos naquele ano..."

"... Em cinco anos (1982-86) os países latino-americanos transferiram ao exterior recursos brutos no valor de 139 bilhões de dólares em lucros e juros. Em 1986, só o Brasil e o México transferiram 10,1 e 7,2 bilhões de dólares ao exterior pelo mesmo conceito, respectivamente."

A dívida externa total da América Latina cresceu mais de cinco vezes entre 1975 e 1986, ao passar de 75 bilhões de dólares em 1975 a 382 bilhões em 1986. Segundo um estudo recente: "Não há registro de um processo tão intenso de apropriação de renda por métodos esbitamente bancários, em toda a história documentada do capital financeiro".

"... Uma das razões desta situação aparentemente paradoxal, além das que se de-

preendem das bases do próprio sistema capitalista, são os colossais gastos armamentistas que ocupam uma parcela cada vez maior dos orçamentos dos países da Europa e dos EUA e que acentuaram o perigo que se depreende da dita corrida armamentista.

Segundo o Instituto Internacional de Investigações Sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), os gastos em armamento no mundo superam um trilhão de dólares anuais, aumentando progressivamente. Basta comparar estas somas com as da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, para perceber que seria suficiente transferir um ano de loucura armamentista para cancelar a dívida..."

"... A Conferência Internacional de Caracas, após discutir as causas estruturais e as consequências da crise mundial, chegou à conclusão que a base para a resistência aos planos do FMI e da CEE se encontra na luta unida em cada país e a escala internacional das organizações e dos povos.

Esta unidade começou a ser forjada na ação comum já desenvolvida, como, por exemplo, a Jornada Continental de Luta Contra a Dívida organizada pela Conferência Latino-Americana Contra a Dívida reunida em Havana, Cuba, e que constituiu no primeiro grande ato de resistência unitária dos povos do continente sob o lema: "A DÍVIDA É IMPAGÁVEL E NÃO DEVE SER PAGA". A Conferência de Caracas faz seu este lema e se inscreve como uma continuação àquela iniciativa, assim como às diversas conferências e fóruns que na Europa, Ásia e África constituíram um momento da unidade e da ação independente dos povos..."

"... A Conferência Internacional de Caracas propõe que, além das ações específicas decididas nas diferentes resoluções, todas as forças, organizações e personalidades, apesar da diversidade de opiniões, levadas por uma mesma vontade unitária, preparem a realização em 1988 de um TRIBUNAL INTERNACIONAL SOBRE A DÍVIDA para julgar sua origem, legitimidade e as responsabilidades ante os povos das consequências destruidoras da dívida..."

Caracas, Venezuela 24, 25 e 26 de abril de 1987."

Os sindicatos entram na briga

A bandeira contra a dívida externa, levantada pela CUT em fevereiro deste ano, passa a ser empunhada por outras grandes centrais sindicais da América Latina, que se reuniram, pela primeira vez, em Campinas. Eis o trecho final da resolução da conferência de Campinas.

"A Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha, ao fim da discussão das causas estruturais e as consequências da crise econômica da dívida, chegou à conclusão de que são os trabalhadores os chamados a dar sua palavra enérgica e responsável, para procurar uma solução política em conformidade com os nossos interesses, que são os da soberania e da democracia.

A dívida é impagável, não pode ser paga e não deve servir como instrumento para exigir sacrifícios, impor uma política de austeridade e miséria.

A dívida externa é a manifestação mais típica da atual exploração imperialista, é a usura internacional, ilegítima e ilegal, à medida que as condições de contratação, sobretudo as taxas de juros, são fixadas e modificadas de maneira unilateral pelos credores da banca internacional e de seus governos. É ilegítima também porque o substancial da dívida foi contraído por regimes militares, ditatoriais, sem nenhum consentimento dos povos. É ilegal também pelas condições que são

impostas e modificadas unilateralmente pelos credores.

A ação dos trabalhadores e dos povos embaçada na unidade constitui a legítima resposta que deve cortar pela raiz os vorazes apetites imperialistas e que exige a solidariedade dos trabalhadores dos próprios países "ricos", assim como a união de todos os povos do terceiro mundo.

Os diferentes fóruns e conferências sindicais, em particular de Cuernavaca, Havana e recentemente em Buenos Aires, tiveram no centro de seus trabalhos esta questão da unidade de ação contra a dívida externa. Este movimento de luta que se desenvolve em nosso continente, e que desde a Jornada Continental de 23 de outubro de 1985 assume cada vez mais um caráter unificado e coordenado, haja vista a classe trabalhadora ocupar um lugar protagônico ante os vacilos e as submissões das classes dominantes nativas. O movimento sindical ocupa um lugar de destaque nesta gigantesca e dura ação de resistência."



A Universidade livre dos trabalhadores

Militantes do PT vão aos poucos tomando conhecimento da existência de um centro de formação política chamado Instituto Cajamar (Inca). E perguntam do que se trata, como surgiu, quem está por trás. Eis aqui a história do que já pode ser considerado como o embrião de uma universidade livre do trabalhador.

Os militantes do PT vão aos poucos tomando conhecimento da existência de um centro de formação sindical e política chamado Instituto Cajamar (Inca). Com razão, indagam de que se trata, como surgiu, "quem está por trás" e assim por diante. E, é lógico, cada vez mais se interessam a respeito de suas atividades de formação e como participar delas.

O Instituto Cajamar é uma entidade educacional e cultural, sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é a formação política voltada para as lideranças do movimento sindical, popular e político. É composto de 106 sócios, entre os quais se contam mais de 60 líderes sindicais, além de líderes de movimentos populares, dirigentes políticos e cientistas sociais. Estes 106 sócios compõem uma assembléia responsável pela definição da linha educacional do Instituto e pela eleição de um Conselho Diretivo e uma Coordenação Executiva. A Assembléia Geral da Fundação do Instituto elegeu como primeiro presidente de seu Conselho o professor Paulo Freire e como Coordenador Geral Oswaldo Bargas, da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e secretário geral CUT/SP. Assim, embora tendo como associados os dirigentes pessoais integrados nos diversos movimentos sociais, no PT e na CUT, o Instituto Cajamar é uma organização autônoma.

Essa autonomia não quer dizer que o Instituto tem uma política de formação à parte. Ao contrário, a própria idéia de organizar um centro do porte do Inca, (alguns já o chamavam Universidade Livre dos Trabalhadores) surgiu a necessidade que as lideranças sindicais e populares começaram a sentir, desde algum tempo, de possuir conhecimentos teóricos que as ajudassem a enfrentar com mais consciência as novas táticas do Estado e dos patrões. A teoria e seu estudo sistemático, como ferramenta importante para dar solução aos problemas da

prática, passou a ser encarada de forma positiva. E ao amadurecimento dessa idéia, integrada a uma visão realista de amplitude da tarefa, juntou-se a oportunidade de aquisição de um local apropriado. O Instituto Cajamar é fruto, pois, de uma necessidade imperiosa sentida pelos militantes sindicais, populares, do PT, da CUT e de outras entidades sociais e políticas. Desse modo, só tem validade e efeito se corresponder a tal necessidade.

A iniciativa de sua constituição coube, basicamente, a um grupo de sindicalistas mais sensibilizados com o trabalho de formação teórica que, para viabilizar o empreendimento, solicitavam a contribuição de pessoas de diferentes matizes políticos, inclusive no PT. Desde o início, a Secretaria Nacional de Formação Política considerou que o Instituto poderia preencher uma séria lacuna no trabalho de formação política do próprio PT e, com apoio da CEN, decidiu esforçar-se no sentido de contribuir efetivamente para o êxito do projeto, mesmo que ele estivesse institucionalmente desvinculado do PT.

A formação das equipes do Instituto e a realização dos seus primeiros cursos experimentais, inclusive com a participação de muitos companheiros de diretórios do PT, abrangendo a discussão sobre o funcionamento da sociedade, as relações entre as classes, a História do movimento operário, sindical e popular, as relações entre os sindicatos, movimentos populares e partidos etc., começam a comprovar que a participação da SNFP nesse esforço é correta e pode trazer importantes contribuições para a construção do partido. Nesse sentido, a SNFP está preparando um relatório mais detalhado para informar melhor a todos os filiados.

O PT, através da SNFP, tem um convênio com o Instituto Cajamar, para a inscrição de filiados seus nos cursos ministrados e para a utilização de espaço do Inca para cursos, seminários e outras atividades específicas da se-

cretaria. Isso, sem dúvida, abre um horizonte bem mais amplo para a formação política dos filiados e militantes do partido, inclusive através dos cursos de formação de monitores, que permitam a multiplicação dos conhecimentos pelos diretórios. Em contrapartida, é essencial que os diretórios passem a dedicar atenção à atividade de formação política, enviem companheiros para os cursos e deem uma contribuição efetiva à consolidação do Instituto e do Programa de Formação do Diretório Nacional.

Wladimir Pomar



PT organiza sua Secretaria de Movimentos Populares

TRÊS ETAPAS

Estão previstas três grandes etapas nesta fase de estruturação: reunião nacional de filiados petistas no movimento popular (20 e 21 de junho, em São Paulo); encontros regionais de filiados petistas no movimento popular (segundo semestre de 87) e encontro nacional para definição da política petista nos movimentos populares e da linha de atuação da Secretaria (1988).

Na reunião nacional de 20 e 21 de junho serão tratados os seguintes temas: competência e abrangência da Secretaria; relacionamento do Partido com os movimentos populares; estrutura, organização e funcionamento.

Os petistas, que atuam no movimento popular, devem procurar seus diretórios municipais e regionais para integrarem-se nesse processo.

DOCUMENTOS

Documentos considerados importantes para esse processo, bem como informações sobre entidades e movimentos nos Estados e Municípios, podem ser enviados para a Secretaria, a fim de que esta reúna os dados sobre a atuação dos petistas no movimento popular. A correspondência deve ser remetida para: Eurides Mescolotto, responsável pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares, Av. Onze de Junho, 260, V. Clementino, CEP 04041, São Paulo, SP.

Por uma República Federativa Democrática

Assim se chamará o Brasil, se for aprovada nossa proposta de Constituição. A primeira proposta completa de uma Constituição, e a única jamais feita neste país, adotando como razão de ser o conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade. Eis a exposição de motivos de nosso Projeto de Constituição.

O Partido dos Trabalhadores apresenta à Assembleia Nacional Constituinte e à sociedade seu Projeto de Constituição. Trata-se de um conjunto articulado de princípios políticos e propostas programáticas que devem nortear e caracterizar a sociedade brasileira.

Optamos pela elaboração de uma proposta global de Constituição, porque entendemos que no processo de construção da nova ordem constitucional do Brasil estão em jogo todas as relações políticas, econômicas e sociais. Estão em questão os rumos da nossa sociedade.

Na disputa global acerca das opções que se colocam para a população, o PT procura se colocar a partir dos interesses que representa, formulando uma proposta para o conjunto da sociedade com base nos anseios e reivindicações oriundas daqueles que constituem a razão de ser do nosso Partido: os trabalhadores da cidade e do campo. Em razão do conteúdo das questões que envolvem a redação de uma Constituição e de suas implicações, para o presente e para o futuro de nosso povo, não poderíamos intervir adequadamente na Assembleia Nacional Constituinte sem uma carta política que a um só tempo concretize a unidade do Partido e explicita o seu perfil e sua ação política.

A proposta de Constituição para a República Federativa Democrática do Brasil, que o PT oferece ao país está edificada a partir de dois pilares fundamentais. De um lado a perspectiva de instauração dos direitos e garantias, individuais e coletivas, de todos os seres humanos. De outro, a preocupação com o afloramento de um conjunto de instituições, princípios e diretrizes constitucionais que propicie condições efetivas de controle popular sobre o poder público e o funcionamento da sociedade como um todo.

O momento que vivemos é singular na vida política nacional. O PT não poderia se omitir nos em-

bates do presente. Ao invés de nos limitarmos meramente à enunciação de um rol de teses e princípios, encaramos o desafio de elaborar um Projeto completo de Constituição. Ousamos tomar uma iniciativa que julgamos inédita. Acreditamos ser a primeira vez na história das Constituintes brasileiras que um partido político apresenta formalmente um Projeto de Constituição global e articulado.

Temos consciência que a proposta do PT apresenta lacunas, limitações e imprecisões. Queremos revelar, publicamente, que no seu processo de elaboração a participação do conjunto do partido, embora relevante para os padrões da política brasileira, não se deu plenamente da maneira que o PT procede na tomada de suas deliberações mais importantes. A discussão no interior do Partido não cessará com a apresentação do Projeto de Constituição, mas, pelo contrário, o debate no meio da sociedade e da própria Assembleia Nacional Constituinte possibilitará aos petistas o aperfeiçoamento dos postulados básicos da sua proposição.

O Projeto do PT é fruto do memorável trabalho do jurista Fábio Konder Comparato, que, atendendo à solicitação da Comissão Executiva Nacional do Partido, formulou e apresentou em fevereiro de 1986 uma inovadora proposta constitucional para o país, intitulada "Muda Brasil". Com base nesse trabalho e em propostas encaminhadas por organismos partidários e entidades da sociedade, o Diretório Nacional do PT, sua Comissão Executiva e a bancada constituinte petista construíram um conjunto de princípios e propostas que foram sistematizadas pelos advogados Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari e José Eduardo Martins Cardoso, coordenados pelo cientista político Marco Aurélio Garcia, da Comissão Constitucional do Partido e que se consubstanciam no Projeto que ora se apresenta.

No início dos trabalhos constituintes tomamos a iniciativa de divulgar uma proposta integral de Regimento Interno. Aceitamos agora os riscos inerentes ao desafio de apresentar um Projeto de Constituição também integral, conscientes de que sem esse processo ficaríamos aquém da confiança que os trabalhadores e o povo depositam no PT.

Abertos à discussão e às críti-

cas, vamos lutar por esse projeto de Constituição, dentro e fora da Assembleia Nacional Constituinte, na esperança de que ele seja um instrumento a mais na luta pela construção, em nosso país, de uma sociedade justa, sem exploração e democrática.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1987

Bancada do PT na Constituinte



Luta: Vamos lutar pelo nosso projeto

Novos planos para a Secretaria Sindical

Há muitas coisas acontecendo no movimento sindical que deixam dúvidas na cabeça dos petistas: é petista participando de duas ou mais chapas nas eleições sindicais (metalúrgicos de Santos, bancários do Rio de Janeiro, metalúrgicos de São Paulo), é petista defendendo propostas antagônicas nas assembleias e outros fóruns sindicais etc. e, nessa situação, muitos perguntam: qual é a posição do Partido dos Trabalhadores?

Muitos dos que atuam no movimento sindical acham que o PT está distante das lutas mais imediatas; por outro lado, também é comum os filiados do PT reclamarem que os sindicalistas petistas não respaldam as lutas mais gerais do Partido, como eleições, Constituinte etc.

Para organizar a atuação dos petistas no movimento sindical, e, assim, contribuir para o avanço da classe trabalhadora, está sendo reestruturada a Secretaria Sindical Nacional (SSN).

O PAPEL DA SECRETARIA

A Secretaria Sindical Nacional tem o papel fundamental de unificar o pensamento e a prática dos sindicalistas petistas no movimento sindical, com o objetivo de forjar a unidade de ação de trabalhadores manuais e intelectuais, urbanos e rurais, assalariados e autônomos.

Para desempenhar esse papel, definido estatutariamente no PT, a Secretaria já está desenvolvendo atividades que levam à elaboração de um plano nacional de trabalho, capaz de

orientar e subsidiar a atuação dos petistas nos fóruns de deliberação sindical.

Nesse sentido, a Secretaria pretende realizar reuniões e encontros de sindicalistas petistas, elaborar documentos e teses sobre o movimento sindical, aprofundar a discussão sobre a linha sindical do PT e organizar, junto com a Secretaria Nacional de Formação Política, atividades de formação para dirigentes e militantes sindicais. É objetivo da SSN, ainda, impulsionar a criação e o fortalecimento de secretarias sindicais nos Estados e Municípios, em contato com os respectivos Diretórios Regionais e Municipais.

TAREFAS IMEDIATAS

A Secretaria Sindical Nacional já vem realizando reuniões com membros da Executiva Nacional do PT e dirigentes petistas da CUT e de sindicatos, e programou as seguintes tarefas imediatas: preparar um plano de ação da Secretaria para os próximos meses; montar um arquivo de informações, dados e sugestões dos militantes petistas no movimento sindical; e elaborar documentos de análise da conjuntura sindical nacional.

Propostas e sugestões das Secretarias Sindicais estaduais e municipais, ou de filiados, podem ser enviadas para Devanir Ribeiro e Paulo Okamoto, coordenadores da Secretaria Sindical Nacional, na Sede Nacional do PT, Av. Onze de Junho, 260 - V. Clementino - 04041 - São Paulo.

“Contra Sarney e a Dívida,

O povo não quer mais Sarney

Faltam legitimidade, credibilidade e autoridade.

O Governo de Sarney vem progressivamente caracterizando-se por três coisas: falta de legitimidade, falta de credibilidade e falta de autoridade. É cada vez maior na massa o sentimento de que de um Governo assim não se pode esperar mais nada. Cresce o sentimento de que o Governo que está aí não serve a outros interesses que não os dos setores que sempre estiveram privilegiados na sociedade brasileira.

Falta de legitimidade

A ilegitimidade do Governo Sarney tornou-se evidente depois do 15 de novembro de 86 e da falência do Plano Cruzado. Após 15 de novembro, não há nenhum cargo de representação política no País que não tenha a legitimidade o voto direto; menos o do Presidente da República. A função de maior representação política está sendo exercida bionicamente.

O Plano Cruzado foi uma tentativa esperta e malsucedida do Governo Sarney para suprir-se de legitimidade. Construído no ar, com o objetivo de facilitar as eleições para os candidatos do PMDB e do PFL, o Plano Cruzado desmorona em pouco tempo e soterra no seu entulho o esperado apoio popular buscado pelo Governo. Amplos setores populares se apercebem de que o Governo tentou enganá-los e voltam às ruas já não mais na condição de fiscais do Sarney mas para exigir de seu Governo e da Nova República tudo o que têm direito.

A ilegitimidade de origem do mandato do presidente Sarney tornou-se um problema político a ser resolvido para que, também, possam ser equacionados - numa ampla discussão nacional de um Plano de Governo - os problemas de ordem econômica e social que afligem a maioria da população.

Falta de credibilidade

Ninguém mais acredita na eficácia e até mesmo na sinceridade das medidas anunciadas pelo Governo, a não ser um círculo palaciano cada vez mais reduzido. O Plano Cruzado alardeava o objetivo da inflação zero. Nem sofisticadas formas de manipular dados e índices conseguem esconder o aceleração do processo inflacionário e seu seqüito trágico: especulação financeira, desemprego e arrocho salarial.

A falta de credibilidade do Governo Sarney não depende da troca deste ou daquele ministro nem, talvez, de todo o Ministério. O que leva as autoridades a se desmentirem constantemente (um afirma que não haverá aumento dos combustíveis, 15 minutos depois outro anuncia o aumento; um ministro fala na manutenção do gatilho, outro articula reuniões para eliminá-lo etc.) é a falta de um plano

de governo que passe a ter credibilidade por meio de uma discussão nacional e uma clara definição de compromissos.

Como acreditar num governo que sem discussão alguma se propõe a gastar 2,5 bilhões de dólares numa ferrovia do Maranhão que só beneficia os empreiteiros que a construirão e os fazendeiros da região cujas terras ela valorizará, quando há prioridades sociais em que a aplicação desses recursos melhoraria a qualidade de vida de milhões de brasileiros?

Falta de autoridade

A falta de autoridade do Governo Sarney salta aos olhos na forma subalterna como vem sendo tratada a questão da dívida externa, que nos levou a moratória técnica.

O governo, que é arrogante e truculento internamente, que não reluta em colocar a polícia nas ruas e até o Exército e a Marinha para reprimir o povo e os trabalhadores em greve, é submisso e servil aos interesses dos banqueiros nacionais e estrangeiros.

Só um governo com a legitimidade do voto popular e com a credibilidade de quem discutiu com o povo um Plano de Governo, que inclua a suspensão do pagamento dos 110 bilhões de dólares da dívida externa, terá autoridade para enfrentar soberanamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional, sem sucumbir ou se dobrar à sua ganância.

O processo constituinte está em andamento. A duração do mandato de Sarney e a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) são trazidos por seus emissários para dentro da Constituinte como maneira de reduzir a essas duas questões do debate constitucional e de resolver por cima a ilegitimidade do Governo.

O PT defende na Constituinte eleições diretas para presidente e para renovação do Congresso, dentro de seis meses após a homologação da Constituição, mas não descarta a possibilidade e até mesmo a necessidade de, no agravamento da conjuntura, as eleições diretas para presidente virem a acontecer antes, durante o processo constituinte.

Nossa campanha de mobilização popular contra Sarney e a dívida, diretas para presidente visa integrar essa questão às demais reivindicações populares que têm como alvo construir uma Constituinte que vá além dos limites que as elites tradicionais pretendem lhe impor.

Legitimidade, credibilidade e autoridade só com voto popular.

Portanto, “Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente.”

OLÍVIO DUTRA
Secretário Nacional



Campanha das Diretas de 84. Está na hora de voltar para as ruas. Por isso o PT já está articulando a Campanha Nacional de Mobilização Popular: “Contra Sarney e a Dívida, Diretas Já!”

Nossas bandeiras

O PT já definiu as cinco primeiras bandeiras de mobilização popular: diretas, direitos dos trabalhadores, reforma agrária, reforma urbana e reforma tributária. O PT vem lutando para que essas reivindicações sejam consideradas prioritárias e consensuais pelo Comitê Nacional que congrega as forças políticas, sindicais e populares engajadas na luta por mudanças efetivas. O objetivo é que esses temas passem a ser não apenas bandeiras de lutas nacionais, mas também iniciativas populares constituintes, capazes de angariar centenas de milhares de assinaturas.

E os petistas já estão nas ruas e nas praças, mobilizando o povo. Em abril, a campanha de mobilização popular

do PT foi lançada nacionalmente em três capitais - Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte; em maio, mais três - Curitiba, Brasília e Rio. Já previstas para junho, São Luís e Florianópolis.

Agora, é preciso ampliar as manifestações populares, as passeatas, os comícios, as coletas de assinaturas, a criação de comitês locais e municipais - e exigir, com força cada vez maior, diretas, fim da dívida externa, mudança efetiva no plano econômico, social e político-institucional.

Campanha das Diretas de 84. Está na hora de voltar para as ruas. Por isso o PT já está articulando a Campanha Nacional de Mobilização Popular: “Contra Sarney e a Dívida, Diretas Já!”

Reforma Agrária

A luta pela terra no Brasil é antiga mas se agravou nos últimos anos em decorrência da política agrícola e agrária desenvolvida no País neste período. Hoje os dados da concentração fundiária são estes: superfície do País: 845 milhões de hectares; área rural ocupada: 443 milhões de hectares, equivalente a 52% da área, área total dos minifúndios: 40 milhões de hectares, equivalente a 4,8%; área total dos latifúndios: 370 milhões de hectares, igual a 43,5%, apenas 20 proprietários rurais possuem imóveis que somam 20 milhões de hectares, área equivalente ao Estado de São Paulo. Segundo dados do Incra, existem 416 milhões de hectares de terra nas mãos dos latifundiários passíveis de desapropriação por interesse social; segundo dados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra existem 12 milhões de trabalhadores (4,8 milhões de famílias) sem terra ou com pouca terra.

Essa extrema e absurda concentração de terra explica também o acentuado êxodo rural e o agravamento dos conflitos da terra. Atualmente apenas um terço da população brasileira está no campo. De 1964 a 85 foram assassinados 1.123 trabalhadores rurais.

A REFORMA AGRÁRIA

É neste contexto que o PT entende ser fundamental a realização da Reforma Agrária. É a única medida para resolver a fome, o desemprego, a violência rural e urbana e, principalmente, distribuir a renda e democratizar a sociedade. A Reforma Agrária mina pela base o poder dos latifundiários, permi-

tindo a reestruturação do poder. A democratização da propriedade da terra concede aos trabalhadores rurais maior poder econômico e consequentemente maior força política.

O PT entende que a socialização dos meios de produção, sobretudo a terra, é a forma mais adequada para construir uma sociedade sem exploração. Por isso o Partido dos Trabalhadores reivindica a curto prazo a implantação de uma Reforma Agrária ampla e massiva sob o controle e direção dos trabalhadores mediante a desapropriação dos latifúndios em áreas já povoadas e bem dotadas do ponto de vista agrícola; o PT exige também a reorientação da política agrícola que deve se voltar à pequena produção.

Na Constituinte, o PT defende como prioritário os seguintes pontos: a) determinação do limite máximo de propriedade; b) perda sumária e desapropriação por interesse social como instrumentos privilegiados para a realização da Reforma Agrária; c) o direito de propriedade tem que estar subordinado à “obrigação social”; d) emissão automática da posse de terra pelo Incra; e) pagamento da terra e benfeitorias em Títulos da Dívida Agrária (TDA), de acordo com o valor declarado pelo proprietário, resgatáveis em 20 anos.

Sem garantias dessas conquistas na Constituinte, a Reforma Agrária não vai ser um processo de socialização do fator terra e consequentemente não altera a atual estrutura de poder. Assim, não precisam mais palavras para nós dar a certeza de sua urgência.

Secretaria Agrária Nacional do PT

Diretas para Presidente"

Reforma Urbana

A luta pela reforma urbana está ligada à luta pela reforma agrária.

Estudando a organização espacial de nossas cidades, podemos identificar nitidamente a história da dominação de uma classe sobre as outras, que se evidencia pela segregação econômica, social e cultural: o lugar dos ricos, dos remediados, dos mais pobres e - nas últimas décadas - dos miseráveis.

As políticas de concentração da riqueza e da renda, da concentração e da propriedade, da industrialização do automóvel e de políticas agrícolas têm expulsado milhões de famílias do campo para a cidade: é o êxodo rural, ou a reforma agrária às avessas. Hoje, mais de 75% da população vive ou sobrevive nas cidades, e se constitui em enormes contingentes de mão-de-obra barata, a maioria em condições precárias e até insustentáveis pela absoluta falta de poder aquisitivo.

Coexistem tipos de cidades dentro das cidades brasileiras: a dos que têm poder aquisitivo e as que não têm - "são as Suíças e as Biafras brasileiras".

Uma Constituição em si não garante a transformação desse quadro caótico das nossas cidades, mas a soberania do povo sobre ela deve ser conquistada, para iniciarmos estas transformações.

Começando pela questão central,

Reforma Tributária

O principal problema do atual sistema tributário é fundar-se em fórmulas que penalizam mais fortemente as classes de baixa renda, cujo poder de influenciar as decisões e fiscalizar a ação tributária é quase nulo.

Assim, os princípios globais que devem presidir uma reforma tributária a ser incorporada na nova constituição podem ser elencados.

Em primeiro lugar, devem-se buscar recursos nos beneficiários da ação pública, sempre que os benefícios sejam patrimoniais (o que justifica a instituição de tributos sobre o patrimônio e seus acréscimos em suas diferentes formas), utilizando-se de tributos fundados na capacidade tributária para financiar ações que resultam em benefícios que são pessoalmente internalizados pela maioria da população (saúde, por exemplo).

O novo sistema tributário, além de eficiente, deve gerar os recursos necessários ao financiamento das atividades redistributivas e de fomento a cargo do setor público, e ajudará na correção das desigualdades de riquezas que caracterizam todo o sistema capitalista. Neste âmbito, deve ser ressaltada a necessidade da instituição de um efetivo imposto sobre heranças e ganhos de capital, além da ampliação da tributação sobre quem detém grandes patrimônios.

que é o regime de propriedade e desenvolvimento urbano: o uso social da terra urbana e rural, o direito à habitação, ao uso urbano, a garantia de posse, prevalecendo sobre a mercantilização do solo e da habitação, as desapropriações para fins sociais, as tributações, ao monopólio público do transporte, ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, apropriação de bens essenciais, ao planejamento, visando à superação das desigualdades sociais e a participação da soberania popular (iniciativa popular legislativa urbana, o veto popular à legislação nociva a seus interesses, às formas cooperativas de organização).

A Comissão do Solo Urbano preparou um estudo que foi aproveitado na Constituição do PT, e foi enviado a todos os núcleos e diretórios junto com os documentos produzidos pelo Movimento Popular, Articulação do Solo Urbano, Plenária Popular, Federação Nacional dos Arquitetos e outros.

É hora, portanto, de reunir os petistas, simpatizantes da comunidade em geral, para o debate e a conscientização da importância da reforma urbana e das conquistas constitucionais exigidas neste ano de Constituinte.

Clovis Ilgenfritz da Silva
Coordenador da Comissão
do Solo Urbano

tuente, ao distribuir os temas "em paralelo", com cada aspecto relevante sendo tratado de forma relativamente isolada, pode ter encontrado um modo mais eficiente de tratar dos aspectos técnicos de cada assunto.

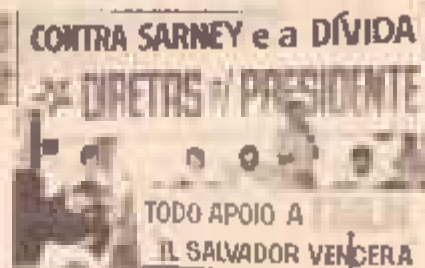
Entretanto, o Sistema Tributário deve ser equacionado em conformidade com a definição clara das funções que caberão ao Setor Público, assim como sua distribuição entre os diferentes níveis de governo (União, Estados, Municípios e, propomos, metropolitana).

Não respeitando este encadeamento, dificilmente se poderá garantir o delineamento de um Sistema Tributário que persiga objetivos socialmente desejados, principalmente, quanto às funções de redistribuição de renda e de riqueza exigidas num sistema capitalista essencialmente concentrador.

Devemos evitar, portanto, o risco de termos um "novo" Sistema Tributário, que signifique apenas um remendo mais ou menos amplo do injusto Sistema atual.

Para tanto, o esforço político deve ser ampliado, em cada nível de governo, quando da formulação da legislação complementar e, principalmente, no sentido de tornar efetiva a aplicação das conquistas conseguidas na Constituinte.

Adriano H. R. Biava



A Prefeitura de São Paulo, Março de 1987.



A plenária de Rio Grande do Sul, 24 de abril de 87.

A Campanha nas ruas

A Campanha Nacional de Mobilização Popular iniciada pelo PT - cujo objetivo é a mobilização popular por eleições diretas para a Presidência da República e a articulação entre as lutas populares contra a carestia e o arrocho salarial com as iniciativas constituintes para mudar a política econômica do Governo - já foi lançada em seis Estados do país com grande sucesso. No mês de abril, o lançamento se deu em Porto Alegre (dia 24), em São Paulo (dia 26) e em Belo Horizonte (dia 29). Em maio foi a vez de Curitiba (dia 16), Brasília (dia 27) e Rio de Janeiro (dia 28). Para junho, está previsto o lançamento da Campanha em São Luís (MA), nos dias 5 e 6, e, sem data marcada, nas cidades de Florianópolis (SC) e Belém (PA).

A campanha prevê a criação, por todo o país, de Comitês Constituintes Populares e Conselhos Municipais Constituintes para mobilizar o maior número de setores da população e incentivar sua participação na elaboração da nova Constituição.

Sucesso no Sul...

Mais de duas mil pessoas lotaram o plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para o lançamento da Campanha Nacional de Mobilização Popular - "Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente" - no Estado.

A presença de Lula, Olívio Dutra, secretário-geral nacional e deputado constituinte, Clóvis Ilgenfritz da Silva, presidente do PT/RS, e de representantes da CUT, CGT e de inúmeras comitês dos Diretórios Municipais do interior do Estado fez com que a Campanha tivesse um clima de grande entusiasmo e participação.

Foi uma demonstração inequívoca do crescimento do PT no Estado, de sua implantação no Movimento Popular e em especial nas greves dos funcionários públicos, professores, servidores municipais, nas ocupações dos conjuntos habitacionais e das terras rurais pelos sem casa e sem terra.

... e em Minas.

A terceira plenária, realizada em Belo Horizonte no dia 29 de abril, contou com a presença de mais de mil filiados e simpatizantes.

Em seu discurso, Lula deixou bem claro o significado da Campanha: "O País tem dois presidentes, Sarney e Ulysses, mas nenhum dos dois de fato governa".

Dando continuidade à Campanha o PT de Minas publicou convocatórias, apoiando a mobilização do funcionalismo público e a dos professores do Estado (em greve desde 29/4), ligando sua luta por melhores salários à luta para eleger um presidente que tenha autoridade para promover a ruptura com o FMI, indiretamente responsável pela decisão do governo de não dar o gatilho ao funcionalismo estadual. Além desse material o PT/MG travou contato com outras forças políticas (partidos e entidades) para organizar um Comitê pelas Diretas que deverá promover um grande comício, ainda este mês, em Belo Horizonte.

Direitos do Trabalhador

O projeto apresentado pelo Partido dos Trabalhadores respeitou o espírito do documento articulado pelo conjunto do movimento sindical. O projeto do PT prevê que os direitos dos trabalhadores alcance a todos os trabalhadores urbanos, rurais, servidores públicos, empregadas domésticas, enfim a todos indistintamente. O projeto propõe o seguinte: 1.º) salário mínimo fixado pelo Congresso Nacional, onde se levarão em conta, além das atuais despesas previstas, as de transporte, educação, lazer, saúde e previdência social; 2.º) salário de trabalho noturno superior em pelo menos 50% sendo o horário entre as 18 horas e as 6 horas da manhã, independente de revezamento; 3.º) jornada semanal de 40 horas; 4.º) férias pagas em dobro; 5.º) alimentação custeada pelo empregador; 6.º) estabilidade no emprego desde a admissão, sendo que as demissões só poderão ocorrer depois da falta grave ser comprovada judicialmente; 7.º) licença de 180 dias para a mulher gestante; 8.º) salário-família de 20% sobre o salário mínimo; 9.º) prescrição dos direitos trabalhistas até dois anos de cessação do contrato de trabalho; 10.º) proibição da locação de mão-de-obra; 11.º) reajuste automático mensal de salários, remuneração, pensões e proventos da aposentadoria segundo o índice do custo de vida; 12.º) seguro desemprego; 13.º) creche e escola maternal para os filhos dos trabalhadores; 14.º)

proibição da caracterização como renda para efeitos tributários, da remuneração mensal até 20 salários mínimos; 15.º) aposentadoria com vencimentos integrais e com aumentos iguais à do trabalhador em atividade; 16.º) comissões por local na gestão dos fundos sociais; 17.º) solução no prazo máximo de seis meses dos litígios trabalhistas; 20.º) proibição do lock-out, entre outras questões. O projeto apresentado pelo PT trabalha os direitos dos trabalhadores de forma detalhada, não deixando margem para os patrões mais tarde manobrem as leis. O PT tem tido uma intervenção firme nesta subcomissão e o resultado disso é que o primeiro anteprojeto apresentado pelo relator aproveitou 90% das propostas por nós apresentadas. Mas isso ainda não significa muito. Na hora de votar o anteprojeto na subcomissão e nas comissões e plenário é que enfrentaremos a fase mais decisiva. E neste momento os trabalhadores devem estar o suficiente articulados e organizados para exercerem a necessária pressão para verem suas propostas aproveitadas. É importante ressaltar que o PT caminha junto ao conjunto do movimento sindical na defesa dessas propostas. Assim, de forma unitária, podemos conseguir realmente algumas conquistas para a nova Constituição.

Paulo Renato Paim



PT abre o debate sobre o aborto

Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que no Brasil são praticados dez por cento dos abortos feitos no mundo inteiro. São 3,5 milhões de abortos, dos quais 700 mil (20%) resultam em seqüelas e mortes pela total falta de assistência médica.

Esses números são suficientes para demonstrar que a questão do aborto é, antes de tudo, um grave problema de saúde pública. Entretanto, a lei brasileira considera criminoso o médico que pratica e a mulher que recorre ao aborto. Estamos em ano Constituinte e é

hora de avançarmos nesta questão.

O PT decidiu incluir em seu Projeto de Constituição, em caráter indicativo, a garantia ao direito à prática do aborto, com a assistência do Estado e, decidiu também, em função da grande

controvérsia em torno do assunto, abrir o debate, que deve ser articulado dentro e fora do Partido. Por isso, reunimos aqui as diferentes posições de José Genoíno, Vitor Buaiz, Benedita da Silva (deputados constituintes do PT) e da Comissão de Mulheres do PT/SP.

Benedita da Silva

O movimento de mulheres foi fundamental para a disseminação da discussão sobre a saúde da mulher, sob a ótica da integralidade. Mulher não é composta somente de útero, portanto, a ênfase não pode e nem deve ser dada na reprodução. Este é apenas um aspecto da discussão.

É tarefa difícil se contrapor a uma visão mecânica e organicista da medicina conservadora, que retalha o homem e a mulher em milhões de pedaços e trata cada pedaço como se fosse independente do outro.

Por outro lado, a questão reprodutiva merece olhares mais cuidadosos, dada a falta de critérios que o governo adota, tanto no acesso diferenciado na atenção à saúde da mulher, como nas experiências que vão se efetivando na área dos contraceptivos.

Em contraposição às políticas que colocam as mulheres parideiras como responsáveis pelo aumento da pobreza, as teses evidenciam que esta situação está diretamente ligada à concentração de riquezas nas mãos de poucos e as precárias situações materiais.

Sem mínimas condições de subsistência, sem trabalho digno, sem acesso à informação e sem controle de seu próprio corpo, não é possível à mulher escolher o que melhor lhe convém.

Atualmente a contracepção é uma indústria controlada pelo interesse econômico altamente concentrado

as companhias farmacêuticas multinacionais, a rede hospitalar privada, a medicina de grupo e as instituições de planejamento familiar. A mercantilização da regulação da fecundidade assume formas que refletem os interesses desses grupos.

A ausência dessa abordagem na análise dos vários métodos disponíveis é um dos motivos que tem levado as mulheres a se colocarem diante de opções como o aborto, pílula e esterilização, que, sem dúvida, acabam por predominar no leque reduzido de escolhas.

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, na especificidade da mulher ele deve garantir assistência integral, em todas as fases de sua vida.

No Brasil, anualmente milhões de mulheres abortam, milhares apresentam seqüelas e centenas morrem. O atendimento à mulher que aborta é desumano e discriminatório. O que é questionável hoje é o direito do atendimento médico e licença quando abortar. Podemos observar, assim, que o aborto é uma questão de saúde pública e não deve ser considerado como método contraceptivo.

Por isso é preciso ampliar a discussão para que a sociedade brasileira possa posicionar-se e definir sobre a questão. Em vários países do mundo esta questão foi resolvida com plebiscito, com mobilização popular.

Comissão de Mulheres

Os defensores da moral burguesa, conservadora e repressiva, procuram reduzir as mulheres a um papel de "reprodutoras", mantendo sua subordinação em todos os campos da vida social, política, cultural e pessoal, se apegam à propaganda de que a legalização do aborto só interessa às mulheres "levianas, sem responsabilidade".

Por outro lado, a indústria médico-farmacêutica, interessada apenas no lucro, não desenvolveu até hoje anticoncepcionais seguros, que não causem dano à saúde e que permitam à mulher e ao homem, desenvolver sua sexualidade plena, colo-

cando a reprodução como opção consciente.

Isso não significa a defesa do aborto como método anticoncepcional. Ao lado da legalização do aborto lutamos por um atendimento público de saúde, onde a mulher possa escolher, com acompanhamento médico, o método que lhe é mais adequado. Lutamos pelo desenvolvimento científico de métodos anticoncepcionais seguros (inclusive masculinos, que permitam aos parceiros compartilhar com as mulheres a responsabilidade pelo planejamento dos filhos). Lutamos por melhores condições para os filhos que desejamos ter.

Consideramos o aborto um último recurso para a interrupção de uma gravidez não desejada. É direito de cada mulher decidir, sem a imposição de outros interesses que não os de sua própria vida - como os interesses do governo ou da classe dominante - de acordo com suas concepções, suas opções pessoais e suas condições de vida, se deve ou não interromper uma gravidez não planejada. Por isso, defendemos a legalização do aborto, permitindo às mulheres que precisam recorrer a ele, fazê-lo em

condições seguras de assistência médica, no serviço público de saúde, sem penalizar as mulheres que não têm condições financeiras de recorrer a clínicas particulares.

A decisão de ter ou não ter filhos, e em que momento de sua vida, é uma questão importante para cada mulher e que se torna cada vez mais importante à medida que as mulheres lutam pelo direito de construir uma vida plena, onde a maternidade não seja um fardo ou uma obrigação, mas uma opção consciente.

Vitor Buaiz

Ninguém em sã consciência pode ser favorável ao aborto como um fim em si mesmo. É preciso, antes de tudo, analisar a realidade do País. São mais de 3 milhões e meio de abortos realizados anualmente, com um índice de mortalidade e morbidade muito alto, tendo em vista que a maioria dos abortos é realizada em más condições de higiene, em clínicas clandestinas e por pessoas despreparadas. Por outro lado, as pessoas de menores condições sócio-econômicas acabam recorrendo a essas clínicas e se denunciadas à polícia são passíveis de condenação como criminosos, ao passo que as mulheres que dispõem de recursos submetem-se ao aborto em clínicas particulares, fugindo aos rigores da lei. Será que esse tipo de discriminação faz jus a uma sociedade que se pretende democrática? Sabemos que nenhuma pessoa faz um aborto por vontade própria, mas sim pressionada por uma série de circunstâncias que estão fora de controle. Acho que o problema passa obrigato-

riamente por um amplo debate como parte de um processo educativo que, para ser incluído na Constituição brasileira, deveria ser motivo de um plebiscito. No entanto, como solução mais imediata, sou favorável à descriminalização do aborto e a que os órgãos públicos sejam obrigados a manter uma infra-estrutura de saúde formada por equipes multiprofissionais (médicos, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos), que dariam orientação às mulheres que decidissem interromper sua gravidez por qualquer que fosse o motivo.

Com isso, poderíamos diminuir não só o número de abortos como também a mortalidade e a morbidade dessas mulheres, dando-lhes a mesma oportunidade que aquelas com melhores condições culturais e financeiras. Gostaria de louvar a iniciativa do PT que, até agora, foi o único partido que decidiu enfrentar o falso moralismo da sociedade burguesa, abrindo o debate sobre esse tema, entre outros.

José Genoíno

Sou favorável à garantia constitucional ao direito à prática do aborto, cujo objetivo maior é evitar as mortes e graves lesões físicas que sofrem inúmeras mulheres por se submeter ao aborto na clandestinidade. São, principalmente, mulheres de baixa renda.

Esta questão também está diretamente ligada à liberdade e dignidade da mulher na sociedade. A mulher deve ser livre para decidir sobre aquilo que inerente a seu ser, combatendo, assim, machismo e preconceitos. A questão também se relaciona a

uma visão positiva da sexualidade, que não se reduz à procriação.

Na história da humanidade, o aborto - que é fórum íntimo - tem sido tratado como crime, com repressão. Para mim, o conceito de vida humana está relacionado com a autonomia e a liberdade do ser. Portanto, não considero a interrupção da gravidez até o terceiro mês como crime contra a vida humana. Acredito, também, que o Estado não pode interferir em questões dessa natureza, só cabendo ao indivíduo a decisão. Sua função deve ser apenas a de dar assistência.



Do lodaçal das acusações mútuas à discussão política e ideológica

Wladimir Pomar responde a seus críticos

O texto "Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT", assinado por José Dirceu e por mim, suscitou críticas e julgamentos por parte de companheiros integrantes de organizações políticas que atuam no PT. Embora a maioria tenha fugido do debate das questões centrais e alguns tenham recorrido a distorções das afirmações existentes no texto, não há dúvida de que o nível das respostas e do debate foi colocado num novo patamar. Desse modo, um dos principais objetivos do documento - retirar a discussão sobre as tendências do lodaçal das acusações sem fundamento ideológico e político e elevar seu nível com a finalidade de fazer o PT avançar e tornar-se mais unido - foi alcançado.

Além disso, o texto fazia um rápido histórico sobre as organizações políticas existentes dentro do PT e tratava sucintamente das concepções sobre o socialismo, a transição conservadora e o partido. Nosso propósito não era, como não continua sendo, esgotar tais assuntos. Na verdade, enquanto o PT existir, eles deverão estar presentes no debate. E, no momento em que o texto foi escrito, do mesmo modo que agora, se apresentavam com muita força.

Embora isso seja verdade, o texto merece ser criticado porque, na prática, colocou num mesmo plano as questões da transição e do socialismo, por um lado, e a questão do partido, por outro, quando esta última é centro do debate sobre as tendências no partido. Isso contribuiu para que as críticas ao texto fugissem esse assunto chave.

Naquele momento nossa preocupação voltava-se, em grande medida, para desmistificar a ideia corrente nas organizações políticas que atuam no PT de que elas são a esquerda por causa de suas concepções sobre o socialismo, sobre a luta contra a transição conservadora e sobre a construção de um partido revolucionário. Mesmo contendo imperfeições, o texto cumpriu esse papel desmistificador. Mostrou que tais organizações, apesar de possuírem um corpo sistematizado de ideias em torno dos principais problemas da sociedade brasileira (o que alguns chamam de projeto global), não são a esquerda no que se refere ao socialismo, à transição da AD e ao partido. No máximo podem ser a ultra-esquerda, cuja falência histórica foi demonstrada por inúmeros exemplos práticos.

Isso não significa, porém, que tais assuntos estejam esclarecidos e que não permaneçam problemas a serem tratados e resolvidos em torno do socialismo, da transição conservadora e de uma série relativamente grande de temas políticos e ideológicos. Ao contrário. Em relação ao socialismo, por exemplo, a maioria das críticas se

apegou ao pretensível fato de que o texto não colocará novidade alguma. Mas nós estamos bem conscientes de que o assunto foi novidade para a esmagadora maioria da militância petista e que o tema precisará ser tratado de forma ainda mais compreensível. E a respeito da tática, o apelo que alguns fizeram ao dicionário pouco nos ajuda a esclarecer o significado real das palavras na ação política de massas, por mais malabarismos que façam. Palavras de ordem que as massas precisam consultar grossos dicionários para entender são palavras mortas ou complicadoras.

Este debate deve levar o Partido a se posicionar sobre as correntes

Assim, teremos que voltar a tais temas. Mas não agora. Agora o que nos interessa é a questão do partido, as concepções sobre a construção do PT e a prática em relação a tal assunto fundamental. O debate em torno dessa questão é que deve levar o próximo Encontro Nacional a adotar uma posição sobre as tendências no partido na perspectiva de reforçar o PT, dinamizar sua vida democrática e estabelecer uma justa relação com a aplicação centralizada e unificada das decisões democraticamente adotadas.

Em texto escrito em janeiro de 1987 e publicado no Boletim Nacional n.º 25, Raul Pont, secretário-geral do PT/RS e membro do DN, sustenta com razão que o PT é um partido e não uma frente de partidos. Ele lembra que muitos apostaram, inicialmente, que o PT seria uma simples frente de esquerda, onde várias correntes teriam abrigo e uma legenda eleitoral. E com um pouco de sorte e competência - é Raul quem diz - no momento propício sairiam com uma corrente já nacional, mais forte etc, alguma julgando-se inclusive o Partido ou o embrião do Partido revolucionário no Brasil.

O que dá ao PT certo caráter de frente é a presença das correntes

Pont sustenta também, com razão, que a prática política testou e pôs em xeque essas tendências, assim como aquelas que viam no PT uma espécie de expressão dos movimentos sociais de base, fazendo todas soçobrem no confronto com o real. Ou seja, é a própria prática política que tem levado o PT a crescer e consolidar-se como partido e não como frente, embora em sua origem, como bem aponta Pont, tenham participado "inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido à repressão e à crise que as organizações de esquerda (...) haviam vivido

no final da década de 60 e início dos anos 70".

Desse modo, através de um processo marcado pela prática política, o PT vai se afirmando e firmando como partido. O que lhe dá certo caráter de frente é a "presença, em seu interior, de diversas correntes político-ideológicas com personalidade própria, incluindo organizações de esquerda". Quem afirma isso é um documento do PRC, datado de maio de 1986 e assinado por seu comitê central.

Esse documento reconhece que o PT é um partido "porque as relações e normas que vigoram em seu interior têm um caráter predominantemente partidário e porque os laços que unem seus militantes possuem também um sentido basicamente partidário". Em outras palavras, o PRC reconhece que o PT é um partido, porque possui bases e direções organizadas, porque possui uma política única para todos os seus filiados, política democraticamente adotada em seus encontros; porque possui uma disciplina que deve ser seguida por todos os filiados, independentemente do posto que ocupem; porque essa disciplina tem por base a subordinação da minoria à maioria.

Ou seja, a unidade ideológica, política, orgânica e de ação do PT já alcançou um tal estágio que isso lhe dá características marcantes de partido e não de frente. E, como afirma o PRC, o que confere ao PT "certa característica de frente", portanto impedindo o maior aprofundamento de seu caráter de partido, é justamente a existência de correntes, tendências organizadas ou organizações políticas com personalidade própria em seu interior.

Nesse sentido, o PRC e algumas outras organizações políticas com personalidade própria confundem as coisas quando falam em tendências e correntes políticas como se fossem o mesmo que tendências e correntes organizadas. O fato do PT ser um partido não significa que em seu interior não possam existir e conviver diferentes opiniões e pontos de vista e que, em muitos momentos, tais opiniões e pontos de vista se materializem em correntes ou tendências ideológicas e políticas. Mesmo nos partidos mais burocratizados, tais correntes ou tendências existem, embora não consigam expressar-se livremente.

A existência de correntes ou tendências dentro do PT, parafraseando Raul Pont, "tem sido uma de suas grandes forças, talvez até, uma de suas principais virtudes. Isso obrigou a que houvesse toda uma troca de experiências - difícil e árdua no início - e de concepções que foi uma das mais ricas lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil". Todas

as demais organizações políticas com personalidade própria que atuam no PT também são unânimes em enxergar um aspecto positivo na existência de tendências dentro do PT. Se é assim, cabe a pergunta: por que a todo momento se coloca o problema das tendências dentro do PT? Será, como costumam afirmar os militantes daquelas organizações, pela disposição anticomunista de caça às bruxas, demonstrada por uma parcela do partido?

É preciso, evidentemente, ter um bocado de paciência com a síndrome de perseguição que ataca muitos dos companheiros das tendências organizadas. Há uma longa história de perseguições de todo tipo contra eles e é natural que muitas vezes eles enxerguem essa disposição até nos amigos, confundindo qualquer crítica. Mas é preciso dizer francamente que, embora a existência de tendências ou correntes dentro do partido seja positiva e saudável, a existência de tendências ou correntes organizadas (organizações políticas com personalidade própria) cria uma contradição que tende a se aguçar na medida em que o PT se firma como partido: a contradição entre seu caráter partidário, que avança em virtude de sua prática política, e seu caráter frentista, herdado de sua origem e que se torna um empecilho à construção partidária.

A diferença está em correntes políticas e correntes organizadas

As tendências ou correntes organizadas têm, como qualquer corrente, afinidade ou unidade ideológica e política. Mas além disso, diferentemente das simples tendências, estão estruturadas com bases e direções e com disciplina própria (incluindo, entre outras coisas, imprensa e finanças próprias). São, pois, organizações políticas com personalidade própria, ou partidos. No caso das tendências organizadas que estão dentro do PT, temos a situação de partidos dentro de outro partido. É esse fato, como reconhece o PRC, que dá um caráter de frente ao PT, que na realidade serve de partido-hospedeiro. Se este partido pretende firmar-se como tal, ou ele absorve os partidos hóspedes ou os exclui.

No PT, com raras exceções, todos os partidos-hóspedes vieram desde a sua formação. E, como indica Raul Pont, muitos foram "tragados pelo PT" em virtude de suas limitações programáticas e por sua organicidade haver sido suplantada pela prática petista. Ou mudaram de posição, com ou sem autocritica, aceitando o PT como partido. A prática vem in-





dicando, assim, um caminho de resolução daquela contradição, o caminho da absorção, da integração completa, e não o da exclusão das tendências organizadas ou partidos-hóspedes. Esse caminho se consolidará de modo mais tranquilo e menos traumático quanto mais consciência houver a respeito do processo de afirmação do caráter partidário do PT e do tipo de partido que deve ser construído. Nesse sentido, Pont tem plena razão ao considerar "completamente falsa a polêmica de que um partido de massas é antagônico a um partido de militantes conscientes".

Não é bem o que pensam Adelmo Genro e o PRC. Num texto intitulado "Contra o socialismo legalista", de maio de 1986, Adelmo diz não existir paradoxo, "para os marxistas-leninistas", entre "respeitar as instâncias legítimas de uma organização de massas e, ao mesmo tempo, submeter-se ao centralismo-democrático de um partido clandestino de tipo leninista".

Para Adelmo, pois, o PT não passa de uma organização de massas, dentro da qual um partido clandestino, de tipo leninista, tem pleno direito de atuar conforme seu próprio centralismo. Ele argumenta o seguinte:

"No sentido específico do conceito leninista, ou seja, uma organização normalmente clandestina, relativamente pequena, com normas de funcionamento e atividades baseadas no centralismo-democrático, o PT não é um partido. (...) E nem deveria tentá-lo, pois isso neutralizaria o seu grande potencial como instrumento das amplas lutas operárias e populares".

Pobre Lenin, que é interpretado a bel-prazer por qualquer um que queira se autointitular marxista-leninista e construtor de um partido revolucionário clandestino, e para quem este é o único tipo de partido capaz de realizar transformações revolucionárias na sociedade. Mas, se é assim, a única "organização normalmente clandestina, relativamente pequena" que conseguiu levar a cabo uma revolução moderna foi o partido bolchevique. Os PCs chinês, vietnamita, a Frente Sandinista, o MPLA e a Frelimo, que dirigiram movimentos revolucionários vitoriosos, não se enquadram no esquema de Adelmo e por isso não deveriam ser considerados leninistas, embora seus principais documentos, pelo menos no que se refere aos PCs, tomem o leninismo como parâmetro de organização.

Talvez consciente dessa contradição insanável da argumentação de Adelmo, o PRC decidiu dar um passo à frente e aceitar o PT como partido, embora reafirmando que sua característica frentista "tem sido altamente positiva, possibilitando referenciar grandes contingentes de massa... e unificar muitas correntes político-ideológicas num sentido antitransição conservadora". Em outras palavras, o PRC engole o fato do PT ser um partido, mas ressalta que positivo mesmo é sua característica de frente para "referenciar grandes contingentes de massa". O sentido utilitarista dessa visão é clara por si mesmo.

Não é por acaso que a posição do PRC diante da "necessidade de uma determinada disciplina organizativa própria de um partido de massa" é carregada de ambiguidades. Na resolução do seu II Congresso, o PRC dizia que as conclusões das instâncias dirigentes do PT "são as posições próprias desse partido, mas (o PRC) não as têm como obrigatórias para os seus militantes". Fica o dito por não dito.

Nessas condições, não passa de retórica aceitar o PT como partido.

O paradoxo, no caso, não é que militantes organizados num pretenso partido de tipo leninista respeitem as instâncias de uma organização de massas. O paradoxo consiste em que Adelmo e o PRC, apesar das nuances de ênfase, consideram o PT uma organização de massas idêntica a qualquer sindicato ou associação popular e não um partido e querem que aceitemos essa mesma concepção com argumentos e conceitos que pouco têm a ver com a situação histórica do Brasil hoje.

Mais útil para o debate é definir o caráter do Partido

Volto repetir que o discurso aparentemente revolucionário e leninista de alguns não passa de uma armadilha inconsciente que pouco ou nada ajudará a resolver os problemas concretos colocados pela revolução brasileira. Cada uma faz de si mesmo a imagem que bem entende. Entretanto, na maioria das vezes essa imagem não corresponde à realidade. De nossa parte, interpretando o leninismo de forma completamente diferente da de Adelmo e do PRC também poderíamos expressar o desejo de que o PT se transformasse num partido de tipo leninista. Mas isso não acrescentaria uma vírgula sequer ao esclarecimento dos problemas reais que temos pela frente. Primeiro teríamos que perder um tempo enorme para chegar a um acordo sobre o que é leninismo e quem é leninista. Não nos esqueçamos, só para ilustrar o debate, que o PCdoB, parte considerável do PCB e, quem não se lembra, o MRR, também se consideram marxistas-leninistas. A quem dar crédito nessa briga conceitual?

Muito mais útil para o debate é definir o caráter concreto do partido, como tenta fazer Raul Pont. Ele quer um partido de massas e um partido militante e acha fundamental estabelecer critérios cada vez mais claros de funcionamento orgânico". E não estabelece nenhuma contradição antagônica entre esse caráter e a possibilidade do PT tornar-se o instrumento de transformação revolucionária da sociedade.

Esse é um bom ponto de partida para discutir as questões substantivas ou de conteúdo, do mesmo modo que é desse tipo o debate em torno da proposta de manter o PT nos marcos de um partido ou frente antitransição, como querem Adelmo e o PRC. Ou, ainda, a acusação espalhada à boca pequena de que a maioria do partido estaria associada a uma pretenso organização secreta chamada ALN. Seria útil para todo o partido

que os companheiros que espalham essa notícia demonstrassem o que afirmam. Mesmo porque seria o primeiro exemplo histórico, em qualquer parte do mundo, de uma organização, mesmo secreta, que não diz ao que veio. Se ela existe, terá que dizer por que e para que e, neste caso, o importante será discutir abertamente suas concepções do mesmo modo que discutimos as das demais organizações políticas com personalidade própria que atuam no PT.

Além disso, é necessário desmistificar também os argumentos sobre clandestinidade e centralismo-democrático com que encham a boca algumas tendências organizadas. Na verdade chamam conspiratividade de clandestinidade e o que fazem é manter uma organização clandestina de fachada. Todo mundo, e sem dúvida os órgãos de segurança do Estado, sabe quem são os porta-vozes dessas organizações, a maioria de seus quadros dirigentes e grande parte de seus militantes de base. O PRC, por exemplo, faz conspiração e não clandestinidade ao pensar que seus quadros e militantes estão resguardados da vigilância repressiva, o que não passa de ilusão.

Toda a experiência histórica tem demonstrado que só uma forte base de massas, só um profundo enraizamento nas massas da população, dá segurança a um partido que é obrigado a passar à clandestinidade quando, nos momentos agudos da luta de classes a burguesia passa à repressão aberta e torna inviável a existência legal de partidos operários e revolucionários. Nenhuma máquina conspirativa é capaz de dar segurança à clandestinidade se não existe aquela base de massas. Nesse sentido podemos afirmar, sem medo de errar, que o PT como um todo está muito mais resguardado do que as organizações conspirativas, embora trate com certa negligência sua vida interna.

Com o centralismo-democrático ocorre a mesma confusão. A impressão que se tem, ao ouvir alguns companheiros falando em centralismo-democrático, é que eles optaram por um método de cooptação dos dirigentes das bases e das instâncias partidárias, de elaboração da política por uma pequena direção "capaz" e do emprego do monolitismo de um grupo dirigente. Evidentemente, esse tipo de "centralismo-democrático", muito comum na história da esquerda no Brasil, não serve ao PT.

O que interessa e serve ao PT no seu processo de construção é a escola democrática dos dirigentes dos núcleos e diretórios; a elaboração da política do partido através do debate democrático, das consultas e deliberações participativas; a construção de uma forte unidade política para a ação de massas, que lhe confira um aspecto externo monolítico, embora convivam em seu interior diferentes correntes de opinião e o partido esteja sempre aberto às críticas e sugestões das massas. A esse método de funcionamento orgânico eu também chamo de centralismo-democrático. E se este conceito corresponder ao conteúdo aqui apresentado, o método apresentado por Adelmo e pelo PRC não passa de um centralismo burocrático.

Finalmente, algo que algumas tendências organizadas ainda não conseguiram compreender é o papel histórico do PT. As condições muito particulares em que se evidenciou a falência política dos PCs e das demais organizações revolucionárias que tentaram substituí-las, levaram os trabalhadores a ter que criar um novo instrumento político de transformação social. Sem aprofundar o tema, Pont foi feliz ao situar a questão do seguinte modo:

"O PT representa a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significa a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências: um partido operário de massas, de dimensão nacional e que negava na sua origem o reformismo e o populismo - dos PCs e do PTB - no movimento operário brasileiro."

O PT representa, desse modo, um corte histórico no processo de construção do partido operário no Brasil. E acrescentamos: não só negando, em sua origem, o reformismo e o populismo, mas também o voluntarismo e o doutrinário. Pela primeira vez na história do Brasil a classe operária, com sua luta, criou as condições para a unificação, num mesmo partido político, de todas as correntes que almejam transformar a sociedade brasileira.

Essa perspectiva não pode ser perdida. Mas ela só se concretizará se o PT avançar no caminho de se trans-

A dívida das ditaduras

É honesto pagar uma dívida contraída por regimes autoritários e mantida por mecanismos impostos pelo FMI e taxas de juros imprevisíveis? É legal pagá-la com o fechamento de fábricas, com o desemprego generalizado, com o aumento da inflação e com a miséria dos trabalhadores? A Ditadura da Dívida, de Bernardo Kucinski e Sue Brandford, está à venda na Sede Nacional do PT, com 10% de desconto (Cz\$ 190,00). Não deixe de ler.



"É no andar da carroça que as abóboras vão-se ajeitando"

A palavra do agricultor e líder sindical Genésio Zambenedetti

formar num verdadeiro partido, se se partidizar cada vez mais, absorvendo as tendências organizadas que atuam em seu interior através de um paulatino processo de debate ideológico e político, de esclarecimento do conteúdo dos conceitos, da unificação democrática de pontos de vista, da consolidação da vontade comum por meio da unidade na ação.

Esse processo de partidização do PT vai-se tornando cada vez mais claro para a militância petista. Embora possamos cometer erros de um tipo ou outro, esse é o sentido geral que a prática política vai impondo ao partido. A natureza da luta dos trabalhadores brasileiros contra a burguesia torna necessário a existência de um forte PT. Este é um dos motivos por que a discussão sobre as tendências também não pode fazer com que o partido se volte para dentro de si mesmo. O debate ajuda, mas é fundamentalmente a luta política de massas que vai ajudar os companheiros das tendências organizadas a tomarem consciência daquele processo e se dispor a "ser tragados" voluntariamente pelo PT.

Wladimir Pomar
25/04/87



A lei do mais forte

O livro LSN, de Hélio Bicudo, está à venda na Sede Nacional por apenas Cz\$ 30,00.

AVISO AOS DEBATEDORES

Os textos de intervenção no debate das tendências têm sido em geral excessivamente longos para uma publicação como o Boletim Nacional. Pedimos aos companheiros que sejam sucintos, evitando detalhamentos e repetições. Só poderemos publicar, do próximo BN em diante, textos com até 60 linhas de 70 toques (3 laudas). Pedimos ao companheiro Inga Muller que resuma seu texto dentro desse tamanho.

O PT surge dentro de um contexto histórico da política nacional onde a classe trabalhadora é privada de seus direitos, desde os mais elementares, até suas necessidades essenciais de sobrevivência como pessoas humanas. Devemos ressaltar que autoritarismo, independente de quem o impõe, sempre gera contradições. E o PT é gerado pelas organizações da classe trabalhadora, estimulados por duas importantes realidades da vida dos trabalhadores:

- 1) o empobrecimento, ou perda do poder aquisitivo;
- 2) A frustração política, diante dos partidos da burguesia.

Os trabalhadores criaram para si, como sua visão de classe explorada, o seu partido, que de forma aberta pretendia ir-se definindo em sua estruturação. O princípio do PT era "vinde a mim todos os trabalhadores", desde os que tenham compromisso ou consciência com sua classe. Para o PT existir juntaram-se trabalhadores de diversas categorias, uniram nessas categorias diversos pensamentos, sobre o mesmo objetivo.

O PT éramos nós da Igreja, nós independentes, nós de esquerda, nós sindicalistas, nós de movimentos populares, nós todos trabalhadores. Até aqui o princípio da democracia funcionava sem o interesse ideológico. "Mas é no andar da carroça que as abóboras vão-se ajeitando..." Não levou tempo para que os diversos pensamentos internos do PT começassem a se definir e articular-se a partir de sua realidade e interesses. E assim, os que eram afins juntaram-se e formaram as tendências. Mas, para aprofundarmos a questão das tendências, antes devemos esclarecer um pequeno detalhe. No PT, a realidade que existe são duas tendências, que se aproximam na teoria, divergindo na prática política. Essas tendências são a minha maior preocupação, por que entendo o PT como partido de massas em afirmação. Vejo uma disputa interna pelas tendências para assumir a direção do partido; não vejo sequer uma preocupação por parte das tendências e dos independentes em refletir sobre estas serem prejudiciais aos

trabalhadores. São os petistas que só pensam no poder e na candidatura, não contribuem para formar a consciência de classe nos trabalhadores e sequer assumem o programa e estatuto do PT, são encontrados em ambas as tendências que compõem o partido. Até acham que os trabalhadores vão conseguir o poder via eleitoral, existente hoje.

Quero chamar a atenção de todas as tendências e articulações independentes que hoje formam o PT, para um possível esforço de superarmos estas questões que estão terminando com o princípio democrático e franco dentro do Partido dos Trabalhadores. Condeno qualquer tendência de esquerda que usa o PT como espaço, na verdade para fortalecer seu partido ou para assumir a direção do PT, para impor à massa trabalhadora os rumos e o destino que devem seguir. É muito triste quando se julgam donos e querem definir o modelo de socialismo para os trabalhadores. Se comprova que os esquerdos organizados no PT são em sua maioria estudantes e intelectuais, que teoricamente estão mais preparados na prática da política. Petista é dos movimentos populares e não tem compromisso algum; por que não vivem à miséria como nós agricultores e operários. Não admito que a tendência da Igreja, ou dos movimentos sindicais, faça abusos, deixando a prioridade que o PT exige, para divulgar seus interesses sindicais e pessoais. Não podemos aceitar as manipulações dos diretórios do PT para manter essa ou aquela tendência com a direção. Isto é vício do sistema autoritário capitalista. Nós, como trabalhadores conscientes da luta de classe, devemos ter claro que o PT será mais forte com a participação cada vez maior dos trabalhadores, e não com a direção nas mãos desta ou aquela tendência...

A avaliação que faço, a partir de uma experiência na convivência com as tendências do PT, é que devemos extrapolar essa divergência, buscando caminhos novos, ou até mesmo núcleos específicos que juntem voluntários de todas as tendências independentes do PT. Existem alguns as-

pectos que hoje causam a disputa interna do PT. Um deles é a tendência de esquerda, que se denomina revolucionária, onde ressaltam que os trabalhadores só chegam ao poder via revolução armada. Os independentes, a tendência da Igreja, julgam no momento importante o trabalho de conscientização dos trabalhadores, e entendem que o modelo do socialismo quem deve definir são os trabalhadores, não as frentes de esquerda. A maior divergência é entre ser petista revolucionários ou não. Perante esta divergência interna do PT, que é válida se superada, coloco uma proposta concreta: que sejam criados núcleos regionais com a participação de todas as tendências, de esquerda, da Igreja e os independentes, desde que sejam companheiros favoráveis à conquista do poder pelos trabalhadores via luta armada.

Tenho absoluta certeza de que já é hora de no organizarmos para isto, e serem voluntários de todas as tendências de que o PT é formado. A princípio, se não funcionar esta proposta, devemos no mínimo ter esta preocupação e refleti-la.

Imagine, o PT eleger Presidente da República? Ou até mesmo a maioria dos governadores...

É a burguesia militar e civil que aí está para não deixar os trabalhadores assumirem o poder. E se desencadearem uma repressão aos petistas? O que faremos, companheiros?

Morrer sem reagir é inútil. Por isso, vamos pensar na validade do "núcleo regional armado" - NRA. Para superarmos as divergências e não sermos pegos desprevenidos. De nada adianta uma organização assim isolada do partido, feita por uma tendência ou voluntários. É preciso um grande núcleo de petistas que pensam dialeticamente, de forma socialista, que visem fortalecer o PT, formando a consciência revolucionária de mais militantes. Hoje, militantes padecem crises existenciais, por não encontrar companheiros em seus diretórios com este nível de consciência e de luta. Já somos muitos, e não podemos ficar dispersos. Vamos nos unir.

Genésio Zambenedetti, maio de 87.

Uma contribuição para o debate das tendências

Dando continuidade ao DEBATE oficialmente aberto dentro do Partido acerca das Tendências, apresentamos nesta oportunidade uma contribuição pessoal intitulada "O PT, AS TENDÊNCIAS E A LUTA INTERNA", de Augusto de Franco. Este texto está sendo distribuído pela SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO para todos os membros do Diretório Nacional e das Executivas Regionais.

Infelizmente o texto é muito extenso para ser publicado pelo Boletim Nacional do PT. Todavia, talvez seja possível publicar uma chamada, ou quem sabe uma pequena apresentação descritiva na próxima edição do BOLETIM NACIONAL, com a informação de que o livro se encontra à disposição dos interessados, pela quantia de Cz\$ 50,00, na Sede Nacional do PT ou na Sede Regional do PT de Goiás, Rua

20, n.º 329 - Centro - CEP 74000 - Goiânia - Goiás - Tel. (062) 223-3097.

Augusto de Franco





“Receio que somos maioria”

“Nós negros somos discriminados e marginalizados, mas somos maioria.”

O assunto que me levou a escrever ao Boletim Nacional do PT refere-se à matéria apresentada na página quatro, do n.º 27 deste periódico, relativo ao mês de maio de 1987.

Há exatamente cinco anos atrás, escrevi para o extinto Jornal dos Trabalhadores quando este publicou matéria em que dizia ser o negro minoria racial.

Munido de provas, enviei cópias de matérias que mostravam justamente o oposto.

Pensando que o problema já estivesse sanado, eis que surge alguém que se intitula membro da Comissão de Negros do PT tocar no mesmo assunto.

Afirma o companheiro Hédio Silva Júnior que a população negra no Brasil é de 44,5% do total, segundo dados do IBGE.

Ora, todos nós que as pesquisas do IBGE não mostram a realidade sócio-cultural de nosso povo. Eles mentem em tudo o que dizem. Manipulam os verdadeiros índices de nossa economia, não mostram o verdadeiro quadro das condições de saúde de cada região; mentem quanto ao número de analfabetos de nosso povo; enfim, procuram esconder a verdade o mais que podem.

Estranho para mim, é que um militante do movimento negro de São Paulo acredite em pesquisas divulgadas pelo IBGE, principalmente com relação aos negros.

Conforme mostrei em época anterior, a ONU afirmava, na oportunidade, que o Brasil é a se-

gunda maior nação em população negra do mundo, superada apenas pela Nigéria. Segundo a ONU, 70% de nossa população é negra.

A Igreja católica, na mesma época, dizia através de uma revista distribuída pelas Edições Paulinas, que a comunidade negra (incluindo pretos e mulatos) constituía 65% de nossa população.

Em vista disso, vemos que o companheiro está, pelo menos, cinco anos atrasado.

Caso queira ter certeza, escreva para o INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS (IPCN), à Av. Mem de Sá, 208, Centro, Rio de Janeiro, RJ, pois que a matéria sobre a ONU foi publicada pelo JORNAL SIMBA, pertencente a esta entidade. Este fato é do conhecimento da comunidade negra do Rio de Janeiro.

O prezado companheiro Hédio não deve ter receio de dizer que somos maioria neste país. Discriminados, sim; marginalizados, sim. Mas somos maioria.

Para vencer a inércia em que se encontra o negro na sociedade, ocupando quase sempre as posições inferiores, precisamos tomar consciência dos nossos problemas e lutarmos cada vez mais pelos nossos direitos.

Finalizando, peço ao Boletim Nacional que publique os verdadeiros números da população negra no Brasil (confio mais nos dados da ONU) e que envie esta carta à Comissão de Negros do PT.

Nilton Manoel da Cruz
Rio de Janeiro, maio de 1987

DESBRAVADOR

O trabalhador não tem fronteiras
É um guerrilheiro-operário
Patrulheiro das razões
Habituado das vontades
É fundador das nações

Ele levanta bem cedo
Desacordado ou não
Apertando os trocados nos dedos
Sendo apertado na condução
Ele sabe que no seu trabalho
Mesmo sendo um perito no ofício
É uma carta fora de baralho
E à beira dum princípio
Sua vida é bem acorreada
Em bares, novelas e futebol
Sua força é sempre dispersada
E o seu lar esperando o sol
Lutando sempre contra os preços
Com um salário sem pão
É camaleão de endereços
Girando feito um pião
De sistemas é a tal vítima
Quer os direitos de ser e humano
Sua palavra é sempre a última
E muitas vezes riscado do plano
Não quer viver de caridade
E sua família não é invento
Só quer é libertar-se na sociedade
E do tempo de ser instrumento

O trabalhador não tem fronteiras
É um guerrilheiro-operário
Patrulheiro das razões
Habitantes das vontades
É fundador de nações

A terra não deve ser repartida em Pátrias
E sim REPATRIADA ao homem...

Nunes Guerreiro, poeta e compositor.
Moji Mirim, SP, abril de 1987

Um grande trabalho

O PT do Rio Grande do Sul está mobilizado em todo o Estado. Estamos realizando, com grande êxito, quinze encontros em cidades-pólos, com a presença de 10 a 30 municípios em cada um.

Os primeiros foram realizados em Frederico Westphalen (com 23 municípios), em Santa Rosa (com 13 municípios), em Ijuí (com 9), em Erechim (com 17), em São Borja e em Novo Hamburgo. E, estão programados novos encontros em Caxias do Sul, Lageado, Grande Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Porto Alegre, Santa Maria (litoral Norte), Osório (Vale do Rio Pardo) e Santa Cruz.

Os membros da Comissão Executiva Estadual e do Diretório Estadual estão participando ativamente das reuniões, que duram todo o dia, com uma pauta que trata de cinco pontos: 1 - Conjuntura Política Nacional e Estadual; 2 - Campanhas: a) Campanha Nacional de Mobilização Popular - Contra Sarney e a Dívida - Diretas para Presidente -, b) Constituinte e Assembléia Municipal com seus eleitores, simpatizantes e arrendidos do cruzado, "onde cada eleitor do PT é um constituinte"; 3 - Finanças; 4 - Organização: a) 1.ª Convenção e Encontros Municipais e Regionais, filiações, nucleações, endereços, imprensa e divulgação, formação política; b) PT na Assembléia Legislativa, mapeamento e regionalização; 5 - Política Municipal: a) intervenção do PT nas políticas de cada município, b) Poder Municipal, c) Eleições 88, Conhecimento da realidade econômica administrativa municipal, capacitação de quadros.

À toda ação dos petistas e do PT no movimento sindical, associações de bairros, vilas etc., deve ser acrescida a ação sobre o poder Executivo e Legislativo de cada cidade - "em 87 não tem eleição, toda a força na organização, formação e mobilização".

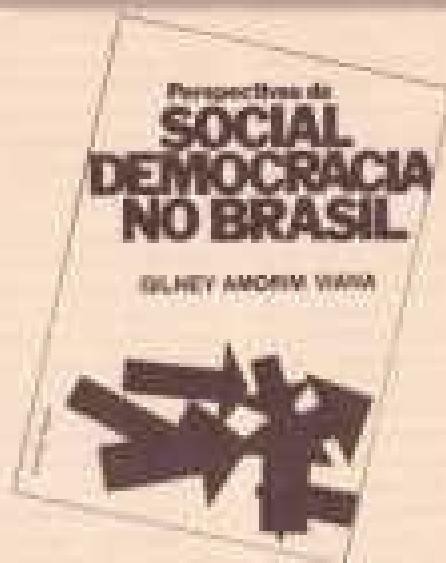
Clovis Ilgenfritz da Silva
Presidente do PT/RS.

Perspectivas da Social Democracia

Gostaríamos que vocês divulgassem no Jornal Boletim Nacional o livro "PERSPECTIVAS DA SOCIAL DEMOCRACIA NO BRASIL", de Gilney Amorim Viana - Presidente do Diretório Estadual de Mato Grosso. Preço do livro: Cz\$ 40,00 que pode ser adquirido na sede do PT - Rua Voluntários da Pátria, 75 - Centro - Cuiabá - MT. Não trabalhamos com reembolso postal.

Os pedidos deverão ser feitos ao Diretório Regional através de cheque nominal.

Diretório Municipal de Várzea Grande - MT
Várzea Grande-MT, abril de 1987



CUPOM

Autorizo a remessa de um pacote do Boletim Nacional e envio o cheque de pagamento que poderá ser descontado em..... dias.

- pacote de 50 boletins, no valor de Cz\$ 250,00
 pacote de 100 boletins, no valor de Cz\$ 500,00
 pacote de 150 boletins, no valor de Cz\$ 750,00
 pacote de 200 boletins, no valor de Cz\$ 1.000,00

Responsável pela compra

Fone

Diretório

Endereço

CEP.....Cidade.....Estado



Petistas órfãos

"Parece que o PT/CE morreu, deixando órfãos centenas de Núcleos e Diretórios. Quando daremos a volta por cima?"

Já se passaram mais de 3 meses desde a denúncia feita por 16 pessoas, entre elas, o candidato a dep. federal pelo PT Antônio Amorim, que dava conta de que o presidente do PT-Ceará, Gilvan Rocha, o secretário de Saúde do município de Fortaleza, Manoel Fonseca, um membro da Executiva Regional do partido, William Montenegro e a prefeita de Fortaleza, Maria Luiza, teriam recebido Cz\$ 140.000,00 e um carro de som do candidato a governador pela coligação PDS-PFL e PTB, com a intenção de abafar a candidatura do candidato da coligação PMDB-PCB-PCdoB e PDT. Essa denúncia se deu após relatos de Maria Luiza e Gilvan Rocha (Diário do Nordeste, 7/1/87)(...)

No dia 8/1/87, Maria Luiza, em entrevista à imprensa de Fortaleza, negava qualquer envolvimento com os coronéis do PDS e dizia que não sairia do PT, até que os fatos fossem elucidados. Na entrevista, ela chamava os 2 deputados do PT, recém-eleitos, de inconseqüentes e irresponsáveis por terem assumido a culpa e confirmado a denúncia contra Maria Luiza, e disse ainda que os dois poderiam sofrer "advertências, suspensão, desligamento e expulsão".

Os dias se passaram e o PT que tinha perdido o seu presidente-fundador e mais 15 integrantes da Executiva estava para perder o seu rumo, seu norte magnético, perdido no meio de ataques e defesas. O PT não se comunicava com as bases, e quem quisesse saber o que estava ocorrendo com o partido tinha que comprar jornal, pois em nenhum momento a Nova Executiva do Partido se preocupou em informar as bases.

Finalmente o PT chega a uma decisão e num acontecimento histórico singular na política cearense, o Diretório Regional, em nota à imprensa, comunica que resolveu expulsar Gilvan Rocha, William Montenegro e Manoel Fonseca. Resolveu também (e isso foi muito curioso) inocentar Maria Luiza, alegando que ela tinha provado sua inocência, e que a mesma tinha sido, em determinado momento, acusada pelos culpados de "conivência".

O caso tomou nova dimensão a partir da nota do Diretório trazendo, por um lado, análises de jornalistas que falavam em PT "redimido", e por outro, uma nota dos 3 expulsos (não muito clara por sinal) que, num gesto de protesto à ação da Executiva Estadual e de Maria Luiza, dizia: "O grande irmão, o Rasputim imberbe e visionário deve estar gargalhando sua vitória, junto com a foiceira e fogosa Czarina e sua fiel escudeira". A nota continuava sempre obscura.

No final, os 3 expulsos se defendiam dizendo que não tinham cometido nenhuma indignidade e "jamais tinham feito negócios em nome do PT".

Se eles receberam algum dinheiro e se foram só eles, não sei. A verdade é que o PT não tem ainda uma estrutura financeira, nem para realizar um evento, por mais simples que seja, muito menos para enfrentar uma eleição como a do ano passado.

Os fatos estão aí descritos. Cheios de erros e dúvidas. Dúvidas porque num dado momento quem era réu passou a ser vítima. Erros porque o Partido nem ao menos tomou conhecimento do caso, os inimigos da classe trabalhadora, do PT, estavam munidos de todas as informações necessárias, induzindo a opinião pública a desfechar contra o PT os mais sombrios adjetivos. O PT pode estar "redimido" como dizia o jornalista e também fundador do PT, Francisco Auto Filho. Mas ele está em crise. Crise de rumos, de direção, de popularidade. O Partido tornou-se pequeno, entrou num mar de lamas, e está prestes a se acabar. Para os que achavam que bastava apenas uma punição e o PT voltaria a ser o Partido sério,

estavam enganados. Mais que isso, o Partido necessita de lideranças capazes, de diálogo, de definição ideológica, de uma finança estruturada e de atuação junto às lutas populares.

O Partido está fechado (...). Parece que a Nova Executiva Estadual do Partido ainda não descobriu o segredo da comunicação interna (...). Não era obrigação dela fazer uma circular interna, se apresentando, falando da destituição da antiga e mostrando em que circunstância ela tinha sido eleita? Afinal de contas, quando é que o PT/Ceará dará a volta por cima?

Hélio de Almeida Oliveira
PT/Ceará

Eternos bebês chorões?

Menos choro e mais propostas. É o que quer Guilherme Farah, do Rio.

Aproveitando-me do espaço que nosso BN oferece, gostaria de manifestar-me publicamente contra algumas declarações dadas pelo presidente nacional do PT, meu Partido.

Antes, é claro, preciso apresentar-me para desfazer possíveis preconceitos eventuais contra mim, uma vez que crítico alguém cujo nome é hoje um consenso de representatividade dentro do Partido dos Trabalhadores. Filiei-me ao Partido três anos atrás. Tempo que já me foi mais do que suficiente para, internamente, identificar-me com a "Articulação PT de massas". Milito no movimento estudantil e em movimentos da Igreja de base. Feito isto, às críticas!

(i) foi um erro dizer que o PT não tem obrigação de apresentar um plano econômico porque não é governo;

(ii) não entendi porque só devemos reivindicar o que pudermos cumprir quando formos governo;

(iii) por fim, não seria loucura levar o povo a dominar os militares (no caso Argentino).

Argumento: no primeiro caso, não é preciso ir muito longe. O partido dos Trabalhadores se candidata à construção da opção popular frente à alternativa estatística-liberal, certo? Para tanto, é necessário que ele se apresente - de fato - como tal. Neste momento em que o País apresenta-se acéfalo em termos políticos e/ou econômico, é de fundamental importância que o Partido intervenha (ou interviesse) de forma séria e clara, apresentando um plano definido de reformas estruturais e de medidas administrativas. Um projeto popular e socialista. Tendo isto pronto, arruma-se um horário na TV e... pau neles! Do contrário, seremos sempre os bebês chorões. E, veja, o partido já não é mais tão novo assim.

O segundo ponto é mais complicado. Vou me reservar ao direito, portanto, de fazer uma breve referência: Chico de Oliveira, no livro "E agora PT?" situa a discussão da tática e da estratégia. Está norteando aquela. A estratégica - a opção socialista -, descarta a via armada enquanto opção direta), deverá construir-se a partir de pequenas vitórias táticas, a que dialeticamente norteia. Ora, se ficamos no campo do realizável, ao atingirmos o poder, se restringimos nossa atuação tática, na prática reduzimos nossa opção estratégica.

Veja-se o caso de Fortaleza. Ou até Diadema. Ambos estão longe de serem um modelo de gestão popular e socialista. Não fomos capazes de implementar nossas propostas. (Claro, é difícil administrar a "crise capitalista"...). E aí? Devemos parar de propagandear aquilo que queremos?

Finalizando, a atuação do Alfonsín foi mais proveitosa para ele do que para a democracia argentina. Tomar-se como herói e mitificar a transição não é saudável. Num momento em que para a consolidação da democracia é necessário, mais que nunca, que se reintroduza o povo enquanto agente da ação política. Do contrário, as elites sempre decidirão.

Guilherme Farah (Rio)
12/5/1987

ATENÇÃO

A Secretaria Geral Nacional, tendo consultado membros da Comissão Executiva Nacional e da Bancada Federal, decidiu transmitir a seguinte orientação sobre a Campanha de Mobilização Popular e, particularmente, sobre as emendas constitucionais de iniciativa popular: em virtude de o PT participar de uma articulação nacional mais ampla, todas as instâncias devem evitar lançar, em nome do Partido, qualquer proposta de coleta de assinaturas até uma definição oficial nacional sobre quais as propostas prioritárias. Tal definição aguardará pronunciamento da articulação nacional ampla e será detalhada e divulgada na reunião do Diretório Nacional, marcada para os dias 30 e 31 de maio. São Paulo, 20 de maio de 1987.



N.º 28 - MAIO DE 1987

Órgão informativo da Comissão Executiva

Nacional do Partido dos Trabalhadores

Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041

São Paulo/SP - Fone 575-2299

Editor: Bernardo Kucinski

Editor Adjunto: Flávio Aguiar

Secret. de Redação e Produção:

Marisa Laureço

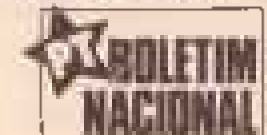
Diagramação: Max Alberto Gonzales

Revisão: Dante Grecco Neto

Composição, Fotolito e Impressão: DCI

Trágam: 15 mil exemplares

ASSINE



Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

Anual Cz\$ 100,00
Bianual Cz\$ 200,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - BOLETIM NACIONAL - AV. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP

EMPRESÁRIOS JOGAM O PAÍS NA HIPERINFLAÇÃO

Governo e patronato promovem a maior bacanal inflacionária de nossa história. Agora querem "estabilizar a orgia", com um arrocho salarial que será também o maior de todos os tempos.

A que nível precisa ir a inflação para esfumar os salários e preservar a perversa estrutura de renda existente no país? De tempos em tempos, os economistas da burguesia refazem esses cálculos e traçam novos objetivos. No auge da ditadura militar, com os sindicatos garrotados, os trabalhadores eram esfolados a baionetas. Bastava então uma inflação da ordem de 20% a 50% ao ano para corroer os reajustes anuais de salários. Já na transição do regime militar, com o avanço das lutas operárias, a manutenção do mesmo padrão de distribuição de renda exigia taxas de inflação de 100% a 200% ao ano, de modo a destruir os reajustes salariais mais frequentes. Agora, na Nova República, para defender seus privilégios, o patronato persegue uma taxa de inflação que anule a reposição do gatilho salarial. O novo ponto de "equilíbrio", onde o salário vira pó e a concentração de renda se perpetua está numa inflação da ordem de 25% ao mês. Ou, mais de 1.300% ao ano! Fixada a nova meta, o patronato foi à luta, com a conivência da Nova República.

Esse assalto aos salários atingiu seu marco histórico no dia 7 de maio último. Foram 24 horas de cão para o bolso dos trabalhadores. A maior taxa de inflação em um só dia já registrada no país. A nova equipe econômica nem bem estreava e explodiam os boatos de um novo congelamento. A resposta patronal foi uma saraivada fulminante de aumentos. Centenas de preços dobraram numa orgia jamais vista no país. O governo? O governo acabara de lançar mais lenha na fogueira decretando uma maxi-desvalorização de 8,5% do cruzado. Resultado: a inflação de maio - como reconhece a própria Fazenda - será superior à explosão de abril e deve beirar os 25%, no mínimo. Isso projetado para um ano dá a fantástica taxa de 1.350%!

Era exatamente aí que a burguesia queria chegar. A essa taxa, o salário vira pó no bolso do trabalhador. Mesmo mantendo-se o gatilho, ao final de 12 meses, os assalariados terão uma perda real de renda de 60% - isto é, vão comprar 60% menos do que comprariam hoje. Um massacre de fazer inveja à própria ditadura.

Como é que chegamos a isso? Para entender melhor a lógica desse processo, é preciso retroceder um pouco ao final dos anos 70, meados da dé-

cada de 80, quando uma série de greves vitoriosas iniciadas no ABC paulista destruiu, na prática, a política de arrocho salarial. Foi a partir daí - juntamente com a crise da dívida externa - que a política econômica da ditadura e o próprio regime militar iniciaram sua derrocada.

Primeiro, o ABC derrubou a fórmula de reajustes anuais de salários. Mas a conquista da correção semestral foi torpedeada por uma maxi-desvalorização de 30% em 1979. A inflação dobrou, saltando de 53% para 100,2% em 1980. Ou seja, os salários eram corrigidos duas vezes ao ano, mas os preços também eram duas vezes maiores. Na prática, ficava tudo na mesma. Cresceram então as campanhas vitoriosas pelas antecipações trimestrais. A ditadura e patronato responderam com nova maxi-desvalorização de 30%. E a inflação decolou para 220% em 1984. A contra-ofensiva dos trabalhadores estava em plena marcha quando a Nova República decretou a trégua do Cruzado, congelando preços e salários.

O patronato, porém, rapidamente mostrou que não queria trégua alguma que pudesse ameaçar sua obscena taxa de lucro. Furo e o congelamento foram postos no pelourinho pela FIESP durante meses. O açoite patronal começou firme. E no dia 11 de dezembro, o ministro assinava sua rendição incondicional, selando o fim do congelamento, como exigia a FIESP - que a partir daí dá as cartas na política econômica, até a derrubada final do ministro. O "liberou geral" de dezembro foi a senha para o patronato acelerar a política de terra arrasada e estabelecer um novo "ponto de equilíbrio" entre preços e salários. A orgia remarcatória do dia 7 de maio foi o auge desse processo.

Agora, quando ouvem o governo falar em "política de estabilização", os patrões não conseguem esconder um sorriso e Mona Lisa nos lábios. Nem o chefe da FIESP, Mário Amato, reclama mais contra o gatilho, devidamente triturado por um inflação sideral. O ingênuo "controle" anunciado pela Fazenda também não assusta. Os preços foram aumentados com tal violência, que a lucratividade do capital está protegida por um ano. Tanto assim, que todo mundo está dando "descontos" sobre "tabelas" reajustados em 200%, 300% e até 1.000%!

E os governadores do PMDB ainda querem acabar com o gatilho



De dedo em riste, servidores públicos protestam contra a perda de poder aquisitivo junto às grades do Palácio dos Bandeirantes em São Paulo.

Do jeito que vai a inflação, nem o disparo do gatilho salarial todo mês conseguirá impedir que os trabalhadores tenham uma perda de até 60 por cento de seu poder de compra em um ano. Mesmo assim, os governadores do PMDB querem acabar com o gatilho dos servidores. Mas em todo o país os servidores reagem e resistem ao fim do gatilho.

Após a tempestade, o máximo que os ministros do PMDB conseguem propor é "estabilizar" o que restou da ofensiva patronal. Uma clara capitulação. Um atestado de impotência de um governo que prometia reformar a iníqua realidade econômica do país. A "sincronização de reajustes" que a Fazenda está se propondo a fazer - com base em 80% da inflação passada - quer dizer pura e simplesmente o seguinte: tudo aquilo que o patronato abocanhou nos últimos meses é intocável. E o que o trabalhador perdeu, não recupera mais. Bola pra frente, pois quem manda na Nova República é a FIESP, os banqueiros, e as empreiteiras dos amigos de Zé Sarney.

O desafio portanto é claro. Nos últimos vinte anos cristalizou-se no Brasil uma estrutura de produção e de renda na qual não cabe o povo - a não ser de joelhos. Os 5% mais ricos da população têm 33% das riquezas e manda no governo. A produção de bens essenciais está estagnada desde

1963 como proporção do PIB (de acordo com os censos do IBGE). Qualquer demanda adicional dos mais pobres (50% da população têm apenas 13% da renda) transfigura-se rapidamente em crises de escassez e quebras no sacrossanto superávit comercial...

A ditadura garantia a perpetuação desse apartheid econômico pelas armas.

Hoje a inflação substitui o cassete de outrora. E a política da Nova República prevê, na melhor das hipóteses, estabilizar a miséria. É muito pouco. Quase nada a diferença entre isso e a política da ditadura. Por isso, os sindicatos e partidos operários não devem ter ilusões frente à nova equipe econômica ou outra qualquer que venha substituí-la. Não há nada que a técnica econômica possa fazer nesse momento em substituição às urnas. Para deter a razia patronal e quebrar o imobilismo do governo só eleições diretas pra presidente. O mais breve possível.

Cláudio Cerri